



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 467 - DE 24 DE NOVEMBRO A 08 DE DEZEMBRO DE 2013 - R\$ 3,00

Realizado 2º Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional: Construir o Partido Mundial da Revolução Socialista

PT se curva diante das arbitrariedades do STF



**Estudantes da USP presos
e torturados pela polícia:
Responder com luta à repressão
sobre o movimento estudantil**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária – Aos trabalhadores e à juventude

Realizado o 2º Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Constituem o Comitê de Enlace o POR da Bolívia, da Argentina, do Brasil e o Comitê pela Construção do POR do Chile. Estiveram reunidos na Bolívia nos dias 16 e 17 de novembro. O objetivo mais importante é o de reorganizar o seu funcionamento e impulsionar o trabalho internacional. A tarefa estratégica é a de reconstruir a IV Internacional - Partido Mundial da Revolução Socialista.

Vivemos a época do agravamento das contradições entre as condições objetivas de desintegração do capitalismo e de crise de direção revolucionária. Por toda a parte, os explorados se defrontam com ataques da burguesia a suas condições de existência. Os povos oprimidos, por sua vez, se defrontam com a ofensiva das potências imperialistas.

Greves, manifestações de massa, levantes insurrecionais, guerras civis, ações terroristas, intervencionismos militares, massacres e brutal repressão do Estado às massas marcam a situação mundial. A crise aberta em 2008 abriu uma nova etapa da luta de classes, mais ampla, mais profunda e mais feroz. Certamente, com distintos graus de país para país, de região para região. O Congresso assinalou que há uma tendência geral de avanço da crise econômica e de generalização da luta de classes mundial.

Os países em que o Comitê de Enlace está organizado refletem a contundência das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, entre elas e as fronteiras nacionais que também as encarceram. O mesmo se passa com os demais países da América Latina.

O Comitê de Enlace se guia pelas leis históricas e econômicas para reafirmar as teses do marxismo-leninismo-trotskismo de que o proletariado, os demais explorados e os povos oprimidos têm de enfrentar o capitalismo agônico que configura a época de guerras, revoluções e contrarrevoluções até derrubá-lo, o que somente será possível se se pôr em pé sua direção revolucionária, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A sociedade de classes na sua forma de dominação imperialista projeta a barbárie: desemprego, baixos salários, miséria, fome, migrações massivas, saques das nações semicoloniais, guerras, terrorismo, intervencionismos e mortandade.

Não basta reconhecer o fenômeno da barbárie. É preciso revelar as leis históricas e econômicas que o potenciam e estabelecer o programa e a orientação política para erradicá-la. Trata-se da contradição entre as forças produtivas (constituídas pela força de trabalho e meios de produção) e as relações de produção (a propriedade privada dos meios de produção, a exploração do trabalho e apropriação capitalista da produção social).

A alta concentração de riqueza nas mãos de uma minoria burguesa e a vasta pobreza da maioria, que se verifica em todos os países ainda que indistinto grau, e a concentração monopolista da produção e da apropriação das riquezas por um punhado de países (G-7) engendram a barbárie. Com a crise econômica, o capitalismo em decomposição se volta mais agressivo contra os explorados e os povos e as nações oprimidas, ampliando o saque dos recursos das semicolônias.

Os países mais avançados da Europa e a União Européia capitalista de conjunto atacam antigas conquistas da classe operária e concessões da velha social-democracia. Precarizam os empregos,

rebaixam os salários, elevam a idade e contribuição para as aposentadorias, atacam os imigrantes, afetam o sistema público de saúde, etc. Os Estados Unidos com todo seu poderio econômico carregam nas suas entranhas mais de 40 milhões de miseráveis. Sequer lhes dão condições elementares de acesso à saúde e educação. O Japão que tanto se gabou do emprego vitalício tem suas taxas de desemprego em alta.

O desemprego mundial supera amplamente os 200 milhões de trabalhadores sem emprego, o nível mais elevado da história e que continua crescendo devido a queda do crescimento, a estagnação e a recessão mundiais. Essa tormenta não se dissipou. A crise poderá entrar em uma fase mais aguda de destruição de forças produtivas. Essa é a possibilidade mais provável discutida e a avaliada pelo Comitê de Enlace.

De pouca valia teriam essas conclusões, caso não se analisasse, reconhecesse e respondesse à crise de direção. Essa é a contradição fundamental da atualidade. Contradição que se assenta na vitória da burguesia contra a Revolução Russa, que abriu a época das revoluções no século passado. A restauração capitalista avançou sobre os demais países em que a burguesia foi expropriada.

A vitória do imperialismo não foi somente contra o proletariado russo, chinês, polonês, iugoslavo e outros, mas também e sobretudo contra o proletariado mundial. O curso geral da revolução foi detido. Os elos da cadeia capitalista que foram rompidos com as revoluções projetaram a revolução mundial, mas foram transitoriamente reatados pela restauração e não mais foi possível quebrar novos elos nas últimas décadas, para que a revolução pudesse avançar.

O triunfo da contrarrevolução, porém, não se deve apenas ao poderio do imperialismo, mas fundamentalmente à direção mundial que se prostrou diante da revisão de Josef Stálin e das traições estalinistas na China, Espanha, França e Alemanha. A destruição da III Internacional resultou na liquidação do Partido Mundial da Revolução Socialista. O proletariado internacional foi completamente desarmado do programa dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista e de sua organização centralizada (fundada no centralismo democrático).

A fundação da IV Internacional encabeçada por Leon Trotsky se levantou como instrumento de combate por uma direção que continuasse o internacionalismo proletário estabelecido por Marx e Engels e desenvolvido pelo partido bolchevique, dirigido por Vladimir I. Lênin. As condições históricas não permitiram que a IV substituísse organizativamente a III Internacional. Mas possibilitou que conservasse suas posições.

O Programa de Transição da IV Internacional se forjou como uma trincheira da revolução mundial, de combate pelas conquistas revolucionárias do proletariado internacional e de enfrentamento à revisão estalinista. A incapacidade e o revisionismo dos dirigentes que sucederam Trotsky mostrou que principais seções da IV padeciam da não aplicação do Programa de Transição em seus países e da falta de penetração no proletariado.

Isoladamente, o POR boliviano sob a liderança de Guilherme Lora se ergueu como partido-programa. Desgraçadamente, uma exceção que tem custado caro ao proletariado mundial, por não ter

podido seguir esse caminho.

O Comitê de Enlace se entrincheira nas teses e resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da III IC, no Programa de Transição, nos documentos da IV Internacional e nas formulações programáticas do POR da Bolívia. Todas suas seções estão obrigadas a se fundar sobre a base do programa da revolução em seus países. Estão obrigadas a conhecer a fundo as leis do desenvolvimento que sustentam o capitalismo e que conduzem às transformações socialistas e assimilar as conquistas mundiais do proletariado. Este Congresso trabalhará coletivamente sobre a nova versão do Programa da seção brasileira que será discutido e aprovado em seu próximo Congresso.

Essa condição distingue o Comitê de Enlace do oportunismo centrista que se mascara com o trotskismo. A luta pela superação da crise de direção passa pela construção dos partidos revolucionários, como parte do Partido Mundial da Revolução Socialista, portanto, da reconstrução da IV Internacional.

O Comitê de Enlace possibilita que todas suas seções funcionem como parte de um só partido, embrião do Partido Mundial, diferenciando-se tão somente quanto às particularidades nacionais da revolução. Os delegados do 2º Congresso, seguindo esse fundamento, elegeram a direção internacional. O que estabelece um novo marco na construção do Comitê de Enlace, que deve primar pelo

centralismo democrático, pela elaboração coletiva e pela crítica e autocrítica.

Evidenciou-se nas discussões a importância de superar a forma federativa de seu funcionamento, que se impôs por um período de formação das seções. Mas também se evidenciou o caráter embrionário do Comitê de Enlace e dos desníveis organizativos das seções. As debilidades vão se manifestar no trabalho internacional. Caberá à direção eleita trabalhar coesamente para superá-las, elaborando a linha política da intervenção internacional, respondendo aos grandes problemas da luta de classes e avaliando criticamente as posições das seções.

Uma das condições para cumprir esse objetivo é a de realizar reuniões sistemáticas. Uma das tarefas iniciais é a de publicar regularmente o Boletim Internacional do Comitê de Enlace. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional é consciente da enorme responsabilidade e da urgência de pôr em pé a direção internacional, o problema dos problemas para evitar que os potentes movimentos das massas se frustrem esbarrando-se na impotência das velhas direções reformistas, estalinistas, nacionalistas e também dos centristas, que falam em nome do trotskismo mas que se tornaram democratizantes.

Viva a reconstrução da IV Internacional!

Joaquim Barbosa manda ex-dirigentes do PT para a cadeia

Finalmente, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) expediu o mandato de prisão contra José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares do PT e figuras empresariais que orquestraram o denominado mensalão. Setores da burguesia, a grande imprensa, personalidades acadêmicas, especialistas, artistas e políticos da oposição receberam a notícia com alívio e satisfação.

A prisão dos altos dirigentes do PT, acusados de corrupção ativa e formação de quadrilha e condenados no processo da Ação Penal 470, faz parte da intensa disputa entre as forças políticas que comandam o Estado. Por detrás de uma das frações da burguesia está o PSDB e DEM. A ordem de detenção foi uma vitória da oposição e de setores da reação que têm seu passado marcado pelo golpe militar de 1964. Trata-se da maior derrota sofrida pelo PT.

Provocação de Joaquim Barbosa

O presidente do STF emitiu o mandato de prisão precisamente no dia 15 de novembro, data da Proclamação da República. Foi uma ação política de ataque ao PT. Simbolizou a defesa da República. Isso porque o PT comparece como defensor dos “valores republicanos”, mas é tomado pela direita como um perigo para a sua conservação.

Joaquim Barbosa fez lembrar com seu gesto “republicano” que José Dirceu e José Genoíno, no passado, pertenceram a organizações que promoveram a luta armada contra o governo militar e agora são formadores de quadrilha. Tudo isso, evidentemente, não passa de uma caricatura burlesca.

Os derrotados de ontem são hoje defensores incondicionais da democracia burguesa e do republicanismo. José Genoíno e José Dirceu – Delúbio não passa de um tonto – estão completamente adaptados ao capitalismo e particularmente aos ditames do grande capital.

A provocação não se limitou à data da proclamação da raquítica República das oligarquias – a velha e a nova República. Joaquim Barbosa

expediu mandato de prisão fechada, quando os condenados teriam de cumprir o regime semi-aberto. Com os condenados se entregando, um gosto de mel espumou na boca da imprensa reacionária. “O dia 15 de novembro de 2013 entrou para a história da política nacional” – concluiu exultante a edição do O Estado de São de 16 de novembro.

E o PT?

Lula aceitou a decisão de Joaquim Barbosa. Respondeu: “quem sou eu para fazer qualquer insinuação ou julgamento da Suprema Corte”. Pôs-se de joelhos diante da inequívoca condenação política do PT.

Não há dúvida de que o Ministério Público Federal e o STF não apresentaram provas além das reconhecidas pelo PT de ter usado o esquema de Marcos Valério e de Katia Rabello de caixa 2 para campanha eleitoral. A aplicação da figura jurídica “domínio do fato” foi um ato de exceção.

Há, portanto, motivos de sobra não para fazer “insinuações”, mas sim para acusar Joaquim Barbosa e o STF de pinçar o caso do PT em meio ao amplo jogo de arrecadação financeira de empresários, de desvio e lavagem de dinheiro e formação do caixa 2, que viola a Lei Eleitoral.

Armou-se um circo nacional com o julgamento da Ação Penal 470, com o claríssimo objetivo de execrar o PT. A corrupção dos petistas, no entanto, é simplória diante das quadrilhas comandadas pelos demais partidos.

Somente a reação e os estúpidos podem compartilhar da posição de que pela primeira vez a justiça está pegando os grandes e punindo políticos que violaram as regras republicanas.

Lula apodreceu na política burguesa. Deixou-se corromper até os ossos. Valeu-se do PT, dos explorados e do cargo de presidente para forjar um colchão bem recheado. Espera voltar à presidência. Está aí por que se mostra como humilde serviçal da determinação do STF de prender os mais altos dirigentes do PT.

E Dilma Rousseff? Ficou caladinha. Encaixou-se na resposta de

Lula: quem sou eu para ...

E o PT? Emitiu uma nota insossa. Sequer menciona a provocação de Joaquim Barbosa. Todos seguiram a ordem de Lula. O que interessa são as eleições de 2014. É melhor a prisão agora do que no período eleitoral. Esse é o raciocínio dominante no PT.

E os apenados com a prisão?

Não esboçaram nenhuma resistência. Entregaram-se como cordeirinhos. Choramangaram a injustiça cometida pelo Supremo. Levantaram o punho, mas sem seu significado real de luta. O tom foi de melancolia e de prostração.

A Carta Aberta ao Povo Brasileiro de José Dirceu repisou os argumentos lançados ao longo do julgamento da AP 470. Está cheia de lugares comuns. Não tem vida. Expressa a morte política. E não contém nenhum traço de moralidade revolucionária da época em que caiu nas mãos da ditadura militar.

Começa reclamando garantias individuais asseguradas pela Constituição e pela Convenção Americana dos Direitos Humanos. É exatamente a Constituição que assegura a existência de uma justiça burguesa oligárquica, expressão da propriedade privada dos meios de produção e dos interesses magnos do capital.

Em cores dramáticas, mostra-se vítima da ilegalidade do STF. “A Suprema Corte do meu País mandou fiação o cumprimento das penas.” O jocoso tom “do meu País” (não há dúvida que o STF é do Brasil), carregando a emoção chorosa no possessivo nacionalista “meu” visa evocar seu passado de luta nos anos 60.

E continua na toada de Maria Madalena: “Como sempre, vou cumprir o que manda a Constituição e a Lei, mas não sem protestar e denunciar o caráter injusto da condenação que recebi.” José Dirceu diz que não lhe foram asseguradas as garantias individuais prescritas na Constituição e que os direitos foram violados, mas ao mesmo tempo diz que se entrega à prisão respeitando a Constituição. Está aí o carneirinho perdido no emaranhado da política burguesa em que se meteu. De poderoso Ministro de Lula, cotado que estava para sucedê-lo, caiu no degrau mais baixo. Foi trucidado pelos opositores sem poder contar com a resistência do PT e de quem quer que fosse.

Sua vida particular está garantida, sempre haverá um emprego para José Dirceu, mas sua vida política foi esmagada.

Conclui com ares de filosofia: “A pior das injustiças é aquela cometida pela própria injustiça.” Mas a justiça é de classe. José Dirceu padeceu da justiça da burguesia, classe essa que passou a defender e a venerar como democrática.

Faz uma avaliação política: “Minha condenação foi e é uma tentativa de julgar nossa luta e nossa história, da esquerda e do PT, nossos governos e nossos projetos políticos.” O julgamento histórico da “esquerda e do PT” não pode ser feita pelo STF, embora a reação de 1964 mantenha poderosos herdeiros.

O PT se tornou em um partido da ordem capitalista. Sua disputa pelo poder passou a depender em grande medida do dinheiro dos empresários, do aparato do Estado e do jogo de forças que se processa no seio da classe capitalista. A ditadura que o prendeu o fez em favor dos interesses da burguesia e do imperialismo. A democracia que agora o prende o faz em razão das disputas interburguesas, das quais o PT participa como detentor do controle de parte da máquina estatal. A situação é distinta. É uma impropriedade evocar a prisão do passado para se defender no presente.

O caso de José Genoíno

Ao se entregar na Polícia Federal de São Paulo, fez o protesto:

“Sou inocente. Sou um preso político. Viva o PT!” Imaginamos seu estado de espírito. Um preso político, acusado de corrupto, sem que o PT e os governos que dirige tivessem feito sua defesa política e se mobilizado para responder à ofensiva da reação encastelada no STF.

Genoíno esteve preso de 1972 a 1977, como membro do PCdoB estalinista e por participar da organização da Guerrilha do Araguaia. Atravessou, assim, o horror da ditadura militar. Como presidente do PT, foi acusado juntamente com José Dirceu de mentor do mensalão. Alega que apenas assinou os cheques, sem ter conhecimento das operações com o empresário Marcos Valério e o Banco Rural. Está aí por que diz que é inocente. Mas seus companheiros envolvidos no financiamento de campanha, inclusive de aliados, sabiam perfeitamente que o presidente do PT assinava cheques comprometedores. Logo é um prisioneiro político da democracia, como seu companheiro de partido José Dirceu e Delúbio Soares. As falcaturas do caixa dois acabaram, portanto, lhes jogando no limbo. Mas o PT não os defendeu. Tudo foi feito para não se chocar com o Supremo, cultuado como um poder independente da República.

O petista histórico se acha doente. Motivo esse que levou seus correligionários a pedir clemência ao Supremo. Querem que pague com a prisão domiciliar. Dilma Rousseff não se colocou contra a decisão de Joaquim Barbosa. Evitou se manifestar. Mas em nome da humanidade se diz preocupada com a saúde de Genoíno. Assim, procurou influenciar uma decisão do STF em favor do cumprimento da pena em regime diferenciado. Destaca o caso de Genoíno dos demais. Eis: “Não me permito como presidente fazer qualquer observação, análise ou avaliação sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal. Isso não significa que eu não tenha as minhas convicções”.

Ora, presidente Dilma, por que então não expôs suas “convicções”. Respeitar a independência dos poderes e cultivar a “harmonia” entre eles – assim Dilma se expressou – significa aceitar as arbitrariedades do STF e particularmente de Joaquim Barbosa? José Dirceu e José Genoíno gritam pela sua inocência e acusam o STF de condená-los arbitrariamente. Por que então Dilma não se pronuncia diante do clamor de seus partidários?

Genoíno, familiares, amigos e partidários, de nossa parte, entendemos que não se deve implorar para os carrascos piedade. É um preso político. Não deve pedir humanidade para aqueles que estão em posição de ataque à sua vida passada e presente. Se se quer de fato provar sua inocência tem de se aguentar com a saúde debilitada. Não deve aceitar o gesto hipócrita de Dilma Rousseff. Não obstante, essa posição militante de esquerda não pode ser assumida por José Genoíno, que se acha decomposto pela política burguesa que abraçou.

O certo é que a vida de José Genoíno não está nas mãos de Joaquim Barbosa, mas nas do governo Dilma, de Lula, do PT e dos parlamentares da coligação oficialista. Ao não combaterem a ofensiva reacionária do STF contra os petistas, passaram a ser responsáveis pelo desfecho e consequências do julgamento da Ação Penal 470.

Mensalão do PSDB

Os petistas usaram o mesmo caminho de financiamento de campanha eleitoral montado pelo PSDB mineiro, em 1998, sob a direção de Eduardo Azeredo. São 15 anos. Como se vê, a denúncia do “mensalão” peessedebista é bem anterior ao do PT. Mas nem o Ministério Público e nem o STF tomaram a iniciativa de abrir a Ação Penal.

A denúncia de Roberto Jefferson, do PTB, ex-aliado no governo de Lula, de compra de parlamentares (mensalão) pelo PT, no entanto, assumiu uma proporção homérica. De nada adiantou os petistas reconhecerem que não fizeram outra coisa senão praticar o caixa 2 de

campanha eleitoral e somente por isso deveriam ser julgados.

Joaquim Barbosa e a maioria de seus pares no STF não precisaram de provas sobre desvio de dinheiro público, de compra de parlamentares e de formação de quadrilha. Arranjaram tudo ao seu modo. Mas os crimes políticos do PSDB, segundo a própria legislação burguesa, deixaram de lado.

Em um encontro de lideranças do PSDB em Poços de Caldas (MG), Fernando H. Cardoso repetiu o que a grande imprensa vem dizendo: “Hoje vejo que a Justiça começa a se fazer”. Aécio Neves se valeu da demagogia, discursando que o PSDB “não comemora prisões”. A cantora Fafá de Belém foi contratada para cantar o Hino Nacional no encontro do PSDB e em um evento no Pará que teve como estrela Joaquim Barbosa. Não é por acaso que os acontecimentos se cruzam.

Fernando H. Cardoso e Aécio Neves puderam discursar contra o PT acossado pelas prisões sem contar com a presença de Eduardo Azeredo. O larápio deixou de comparecer no ato em favor da candidatura de Aécio sob recomendação do PSDB. Os desavergonhados podem tripudiar porque sabem que Joaquim Barbosa não fará o mesmo que fez com o PT.

O que mais importa do julgamento e das prisões

O PT governa para a burguesia. Não importa se esta teve de admitir a perda do PSDB do comando do Estado. E também já não é relevante o fato do PT não ser um partido orgânico da classe capitalista. Os dois mandatos de Lula e o de Dilma bastam para confirmar que o PT é um freio da luta independente da classe operária e demais explorados.

O mensalão – limitando-se ou não ao caixa 2 – expressa o método

e os meios burgueses de disputa eleitoral. Portanto, completamente opostos aos do proletariado.

É sintomática a atitude política dos petistas em se meterem na fossa do PSDB mineiro e recorrerem às mesmas falcas. Esse acontecimento mostrou que PT e PSDB estão no mesmo campo burguês, disputando a máquina do Estado e mantendo a ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada.

A diferença em torno de quem é mais assistencialista, de quem engana melhor os famintos, de quem serve melhor a determinados grupos econômicos e de quem se sujeita mais ao imperialismo não muda a essência da política pró-capitalista de ambos partidos. Ocorre que o PSDB é cria do velho PMDB, uma das costelas dos partidos orgânicos da burguesia. A Justiça não iria sacrificá-lo em nome da democracia, da lisura e do respeito à lei.

Azeredo pôde tranquilamente montar uma agência de falcas e de desvio de dinheiro público há 15 anos atrás. A agência de publicidade de Marcos Valério e o Banco Rural serviram à politicagem e às negociações entre mineiros da mesma laia. Ninguém os molestou, mesmo depois das revelações. Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas e Supremo Tribunal Federal foram e são coniventes com a bandidagem do PSDB. Com o PT, foram algozes.

Essa é a diferença entre os partidos orgânicos da burguesia e um partido que serve à burguesia. Esgotada a sua capacidade de arregimentar as massas, se torna imprestável para os exploradores, que nele não pode confiar. As condenações e as prisões, assim, são os tributos que o PT paga, por ter se submetido ao Estado burguês e aos interesses dos opressores do povo.

Não há mais como mudar em nada esse destino.

Ceará: situação política e quadro pré-eleitoral

Cid Gomes apresenta-se como o governo que mais obras e investimentos fez no estado. O metrô de Fortaleza (que há 13 anos ainda não funciona plenamente); o Complexo Industrial e portuário do Pecém, a reforma da arena Castelão, a construção do novo Centro de feiras e Eventos, o Aquário oceânico etc são apresentados como obras estruturantes.

A propaganda do governo contrasta com a situação econômica e social. O Ceará, que possui 4% da população do país, tem apenas 2% do PIB nacional. A pior seca dos últimos 40 anos continua, há dois anos, a castigar a população pobre do sertão que tem seu gado morrendo de sede ou é recebida com água contaminada com coliformes fecais em carros pipas como os próprios jornais burgueses denunciam.

Segundo dados do IDECE (Instituto de Desenvolvimento Econômico do Ceará, ligado ao governo), quase 1 milhão de pessoas vive na extrema pobreza e a produção industrial que vinha crescendo nos últimos anos tem declinado. Os lucros das exportações (calçados, têxteis, couros, castanha de caju e lagostas) servem à minoria assim como os recursos destinados a empreendimentos agrícolas empresariais (produção de frutas e flores para exportação).

Qualquer luta dos explorados que se dê sob o controle da burocracia do PT/PC do B (greve no Detran, operários da construção civil pesada, portuários, servidores, etc.) é isolada e a repressão do governo/justiça termina por derrotá-la. Assim, tem-se um quadro tranquilo para que as frações burguesas, seus chefes e seus partidos disputem tranquilamente o rearranjo de forças para 2014.

Começa o jogo eleitoral da burguesia

As eleições de 2014 já movimentam os partidos burgueses, com

alianças e bate boca entre os caciques. A ampla aliança que sustenta o governador Cid Gomes (PROS, PMDB, PT, PC do B, PDT, PHS, PV, PSD, PPS, PP, PMN, PRB, etc.) fortaleceu-se no último período. Ao passo que a oposição burguesa (DEM, PSDB, PSB, PR) perdeu força. Com as mudanças de legenda feitas pelos parlamentares (cuja data limite era 05/10) e a criação de novos partidos burgueses a base de apoio de Cid Gomes na Assembleia Legislativa (AL) manteve-se sólida.

A ruptura da oligarquia Ferreira Gomes com o PSB e a migração para o PROS foi suficiente para tornar a desconhecida legenda de aluguel, recém-criada, no maior partido do estado, controlando o governo do estado, a capital e com um contingente de 10 parlamentares na AL. Quanto à oposição, perdeu parlamentares. O PSDB perdeu três e deixou de ter representação parlamentar. O DEM, por sua vez, cresceu em dois parlamentares. O PSB, abandonado, voltou às mãos dos Novaes, porém esvaziado, e conta com apenas um parlamentar. O PDT, embora oficialmente no governo, abriga Heitor Férrer que é opositor declarado e falastrão.

O PT, que recentemente realizou seu PED, deslocou a corrente de Luizianne Lins (DS) do controle da máquina partidária estadual. A vitória do grupo José Guimarães/Diassis Diniz/Joaquim Cartaxo é a vitória das correntes cidistas no interior do reformismo e resulta sem dúvida no apoio do PT ao candidato de Cid Gomes. Em troca, o PT quer o apoio de Cid a Dilma a presidência e à Jose Guimarães ao Senado. A pretensão petista arranhou sua relação com os estalinistas que também querem o apoio de Cid para a reeleição de Inácio Arruda ao senado. O PMDB, por sua vez, pretende o lançamento de uma candidatura própria, a do atual senador Eunício Oliveira, o que

significaria uma ruptura circunstancial com Cid. Quantas legendas ou políticos burgueses vendidos poderia o PMDB arrastar atrás de si numa empreitada ao Palácio Iracema? Impossível saber de antemão. Segunda a pesquisa (Vox Populi) encomendada pela Confederação do transporte, no início de outubro, Eunício aparecia com mais de 40% das intenções de voto para o Governo contra 14% do provável candidato cidista, Mauro Filho. Para o senado, Tasso Jereissati apa-

Bahia

Conflitos dos grupos do PT em torno da sucessão de Wagner, para servir aos grupos capitalistas e à ordem burguesa

Conflito Interburguês

Nas últimas semanas, aprofundaram-se os conflitos entre os partidos da ordem burguesa em torno da sucessão do atual governador Jaques Wagner (PT). Todos, do PT ao PSDB, do PMDB ao DEM, procuram se apresentar como os melhores gerenciadores da máquina do Estado, notadamente a serviço das frações capitalistas contra o conjunto dos trabalhadores e explorados do campo e da cidade. A oposição de direita ao governo Wagner procura costurar uma única candidatura para as eleições de 2014. O presidente do PMDB baiano, Geddel Vieira Lima, que foi ministro no governo Lula da Silva e que se afastou do governador Jaques Wagner em 2009, tem defendido uma única candidatura (PSDB, PMDB, DEM, PPS) em 2014 para derrotar o atual governo. O prefeito de Salvador, ACM Neto, depois de uma estratégica aproximação ao governo petista de Jaques Wagner, tendo em vista atuar conjuntamente com o governo estadual na Copa do Mundo, agora ensaia, nos bastidores, uma possível candidatura da oposição.

Segundo os números das últimas pesquisas eleitorais no estado, realizada entre os dias 17 e 21 de agosto de 2013, os candidatos da oposição, Geddel (PMDB) ou Paulo Souto (DEM), estariam em vantagem em relação aos demais possíveis candidatos, como Lídice da Mata (PSB), Otto Alencar (PSD) e Rui Costa (PT). No caso do PT, o conflito entre os grupos e correntes internos em torno da definição da candidatura à sucessão de Wagner segue acirrada. Os possíveis candidatos são: José Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras e secretário de planejamento da Bahia, o senador Walter Pinheiro, o ex-prefeito de Camaçari Luiz Caetano e o secretário da Casa Civil do atual governo, Rui Costa. Jaques Wagner tem atuado no sentido de fazer valer o seu candidato, Rui Costa.

No dia 12/11, o PT divulgou os resultados do Processo de Eleição Direta (PED) para a direção do partido, sendo eleito Everaldo Anunciação com 14.361 votos (74,95%), da chapa "Partido de Lutas e Mudanças", seguido de Ernesto Marques (ex-assessor de Wagner, 19,62%), Hipólito de Brito (Coletivo 20 de Novembro, 1,93%), Wanderson Pimenta (Militância Socialista, 1,77%) e Lourival José (O Trabalho, 1,70%). O que há de comum entre eles é que são base e defendem os governos federal e estadual, além de comungarem com a estratégia petista de gerenciar o Estado burguês. Portanto, apesar das particularidades quanto à tática petista de constituição da frente popular para 2014, que, dependendo da corrente, procurar-se estender ou limitar o campo de alianças, do ponto de vista estratégico não se diferenciam da corrente majoritária Construindo um Novo Brasil (dirigida pela anterior Articulação de Lula e José Dirceu), qual seja, colocam-se frontalmente como adversários da política revolucionária do proletariado e reforçam as ilusões das massas exploradas no Estado,

recia com 38% contra 20% de Inácio Arruda (PCdoB), 17% de Heitor Ferrer (PDT) e 4% de José Guimarães (PT). Que a vanguarda combativa esteja atenta às manobras eleitorais para denunciá-las perante as massas atrasadas. A luta pela independência política do proletariado passa pelo desmascaramento do circo eleitoral da burguesia, da sua corrupção e imundície e pela defesa intransigente do seu próprio partido revolucionário.

no parlamento e na democracia capitalistas, ocultando o caráter de classe dos governos de Lula e Dilma, que são governos burgueses.

Jaques Wagner: repressão às lutas sociais e denúncias de tortura e assassinatos

Além de gerenciar os negócios gerais da burguesia baiana, do agronegócio e dos grandes proprietários de terra do estado, o governo Wagner foi marcado pela repressão a greves, por ataques às conquistas de servidores e professores estaduais, por socorrer os capitalistas nos momentos mais críticos da crise mundial, pela estatização e aprofundamento da burocratização dos organismos dos trabalhadores (CUT, sindicatos e organizações estudantis dirigidos pelo PT e sua base de apoio, como PCdoB), pelas promessas não cumpridas aos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujos membros chegaram a ser recebidos à bala pelo subsecretário de segurança Ari Pereira do governo Jaques Wagner, em setembro deste ano, além da repressão da Polícia de Choque contra as manifestações estudantis e populares nos meses de junho e julho, com dezenas de prisões de jovens.

Mas não pára por aí. São inúmeras as denúncias de prisões, torturas e assassinatos cometidos durante o governo de Jaques Wagner (como ocorria nos governos burgueses anteriores) contra jovens e a população da periferia, bairros populares, cortiços e favelas da Bahia, além do avanço da violência urbana que se abate principalmente sobre jovens negros. O estado da Bahia está entre os oito estados onde a morte de jovens negros ultrapassa a marca de 100 homicídios para cada 100 mil habitantes. O Mapa da Violência de 2012 mostra que foram 5.069 assassinatos, um acréscimo de 300% em relação a 2002. Como todos os governos anteriores, o governo petista de Jaques Wagner nada faz para superar essa realidade. São incontáveis as denúncias da ação do braço armado dos grandes proprietários de terras contra camponeses, lideranças e indígenas, que são expulsos de suas terras. Ao contrário, suas ações na área econômica, política e social apenas aprofundam as causas da exploração, da miséria e da violência urbana e policial contra os trabalhadores em todo o estado.

As correntes petistas que, diante da experiência do seu partido à frente do Estado burguês, se submeteram à tática e à estratégia petista (como O Trabalho e a Democracia Socialista) se mostram completamente impotentes diante dessa realidade, porque, há muito tempo, mantêm um discurso socialista abstrato, enquanto a sua prática se limita ao mais rebaixado reformismo. Não há como superar a crise de direção revolucionária e avançar na organização e mobilização dos trabalhadores e demais explorados, destruindo as ilusões na democracia e no Estado burguês, sem levantar alto o programa do proletariado e os métodos da luta de classes. Ou seja, sem construir o Partido Operário Revolucionário (POR).

A classe operária e os explorados em geral são de maioria negra

Os dados do IBGE indicam que quase metade da população brasileira é negra: 93,9 milhões de negros e pardos e 96,7 milhões de brancos. Os 400 anos de escravidão negra marcaram a história do País e suas consequências permanecem vivas até hoje. A transição do pré-capitalismo, implantado pelos colonizadores, para o capitalismo em fins do século XIX não pôde superar o atraso econômico e incorporar os milhões de negros (ex-escravos) ao trabalho assalariado com plenos direitos, eliminando a chaga do escravismo. Formas de trabalho escravo ainda são vigentes e volta e meia as denúncias de maus tratos e serviços compulsórios vêm à tona sem que os governos consigam erradicá-los. A burguesia brasileira foi incapaz de livrar o país da condição semicolonial e pôr fim a brutal discriminação entre brancos e negros. Trata-se de uma burguesia servil aos interesses imperialistas, entreguista das riquezas naturais e minerais e conservadora de traços racistas, entre eles a superioridade da raça branca.

O Brasil do século XXI carrega a discriminação socioeconômica sobre os negros. As diferenças salariais para trabalho igual são constantes. Um trabalhador negro ganha em média 36,11% menos que o branco. A cor da pele é determinante nas entrevistas para o mercado de trabalho. Os serviços mais pesados são atribuídos a essa massa negra e parda, como na construção civil, no trabalho doméstico, na coleta de lixo, etc. Dos negros ocupados, 58% se encontram na construção e 43% nos serviços. Mas há outro aspecto que é chocante: a taxa de homicídios de negros é de 36 para cada 100 mil, enquanto para os brancos, ela é de 15,2. Os negros são vítimas das ações policiais. Constituem a maioria da população carcerária: 252.796 mil negros, diante

de 169.975 brancos. Outro exemplo: os homens negros perdem, no geral, 3,5 anos de vida em sua expectativa ao nascer, contra 2,5 anos de um homem não negro. Como se vê, a cor da pele aumenta a probabilidade de ser assassinado. Somente uma ultra minoria negra (6,8%) conseguiu alcançar classes sociais mais elevadas. A realidade é que entre a população pobre, os negros são maioria.

Os governos do PT instituíram as chamadas “políticas afirmativas”, como medidas para a “reparação histórica”. Entre elas, a Lei 10.639/03 que obriga o ensino da cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Já se passaram dez anos. Os dados estão aí: somente 5% das escolas cumprem a Lei. Há muito tempo, os quilombolas reivindicam a posse das terras. Até hoje, nada de concreto. A Lei que instituiu as cotas de negros para as universidades também não é cumprida. Essa é a demonstração de que não basta estar no comando do Estado, porque quem o dirige de fato é a classe capitalista, que é branca, racista, exploradora e discriminadora.

A emancipação das chagas do escravismo no Brasil será parte do programa da revolução proletária. A classe operária, pelo lugar que ocupa na produção, é a única capaz de erradicar o racismo, os preconceitos e as discriminações. A opressão e a discriminação são marcas de toda sociedade de classes. As políticas ditas “inclusivas”, que se gestaram a partir da década de 70 e ganharam forma em leis nas décadas de 80, 90 e 2000 comprovam que são impotentes para responder à raiz do problema, que é a opressão de classe, que é a divisão social do trabalho, que é a exploração da força de trabalho da maioria por uma minoria parasitária.

Os escravos assalariados

Os imigrantes, particularmente bolivianos, fazem parte da força de trabalho mais degradante. Vivem nos cortiços, trabalham em oficinas clandestinas no centro de São Paulo, produzem peças têxteis para lojas e confecções e recebem salários de fome. As denúncias são frequentes. Os fiscais do Ministério Público do Trabalho (MPT) aplicam multas às empresas que exploram essa mão-de-obra, mas estas recorrem e continuam utilizando o trabalho escravo de imigrantes. Na semana passada, o MPT bloqueou R\$ 1 milhão da empresa M5 Indústria e Comércio, proprietária da marca M. Officer, para pagar os direitos dos bolivianos que executavam o trabalho de modelagem e costura. Não tinham registro em carteira, não recebiam os direitos

sociais e trabalhavam como loucos para alcançar as metas estipuladas pelos capitalistas.

Como se vê, o trabalho compulsório está a olhos vistos. O governo sabe da existência e multa quando a denúncia extrapola os limites da condição humana. O objetivo é apenas firmar um termo de “ajuste de conduta”, para que alguns direitos sejam aplicados. Os capitalistas se recusam a assinar, como fizeram os da marca M. Officer. A partir daí, a ação de denúncia cai na Vara do Trabalho, que pode demorar anos para se ter um desfecho. Aí está a impotência do governo diante da exploração capitalista, sequer pode ser guardião da Lei contra o trabalho escravo ou degradante.

O crescimento das favelas põe à luz do dia as contradições fundamentais do capitalismo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados referentes ao Censo das Favelas, realizado no ano de 2010. Os dados revelaram que, nesse ano, existiam 6.329 favelas, com 11.425.644 de pessoas, distribuídos em 323 municípios brasileiros.

A maioria dos “Aglomerados Subnormais” – favelas, palafitas, cortiços e outros tipos de conjuntos de habitações precárias, como define o IBGE – encontram-se na região Sudeste, com 55,5% das favelas do país; seguido da região Nordeste, com 25,2%; da região Norte com 12,1%; da região Sul com 5,5% e do Centro-Oeste com 1,7%.

Os moradores das favelas encontram-se numa situação de opressão econômica e social muito pior do que os moradores das demais

áreas. 27,8% não possui carteira de trabalho assinada, 31,6% possui renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, 0,9% possui renda domiciliar per capita maior que cinco salários mínimos e apenas 1,6% da população das favelas possui curso superior completo. Os números percentuais para os moradores das demais áreas são, respectivamente: 20,5%, 13,8%, 13,4% e 14,7%.

Outro dado importante é que os moradores dessas áreas possuem menos bens duráveis, como carro (17,8% dos moradores das favelas), moto (10,3%), computador com acesso a internet (20,2%), computador (27,8%). Os bens de maior acesso são TV (mais de 95%), geladeira (95,1%), celular (53,4%) e máquina de lavar (41,4%).

Apesar do crescimento econômico do país do período 2003-2008, do aumento da oferta de crédito, da expansão dos programas sociais dos governos (especialmente o Bolsa Família) do PT, a população das favelas continua amargando as misérias do capitalismo decadente: baixos salários, desemprego, precarização das relações de trabalho. O capitalismo, em sua fase imperialista, mostra-se cada vez mais incapaz de resolver as tarefas democráticas mais elementares: como o direito ao trabalho, ao salário, a saúde, a educação, a moradia e a alimentação.

O programa reformista do PT é incapaz de resolver tais problemas do Brasil semicolonial. A política econômica do governo destina quase 50% do orçamento geral da União para o pagamento dos juros

A manifestação das Centrais sindicais pelo fim do fator previdenciário

No dia 12, ocorreu a manifestação contra o fator previdenciário, convocada pelas Centrais sindicais, que culminou com o ato em frente à Superintendência da Previdência/SP. Foi esvaziado, como foram as manifestações contra a privatização do Campo de Libra e os atos de julho e agosto. Objetivam, unicamente, exigir do governo o chamado “diálogo” com as Centrais. Os tais atos fazem parte de uma “agenda” com a finalidade de se obter um “retorno por parte do governo”. Comparecem

Rondônia

Em nome da conservação de uma área nacional de floresta mais um conflito agrário em Rondônia

A Floresta Nacional do Bom Futuro foi criada pelo governo federal em 1988 e possuía 280 mil hectares. Após sucessivas ocupações, em 2010 foi desmembrada. A área reservada Floresta Nacional (Flona) diminuiu para 97 mil hectares, sendo que o restante das terras foi transformado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Pardo, que é de responsabilidade do governo do estado de Rondônia. Dezenas de famílias, que há mais de 10 anos moravam lá, foram expulsas por ações ostensivas de operações especiais da força repressiva do estado, semelhante a esta operação que está acontecendo atualmente.

Na época, a gerência regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) disse que as famílias iriam receber o apoio necessário e seriam transferidas para a APA da Vila do Rio Pardo, antes pertencente a Flona, subjacente à Floresta Nacional do Bom Futuro. Na APA da Vila do Rio Pardo, os camponeses esperariam uma realocação através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sedam), para depois o INCRA indicar uma área com título definitivo de posse de outra área, coisa que não aconteceu.

Camponeses e moradores da APA da Vila do Rio Pardo respondem a violência do estado

Aproximadamente três anos depois, ao invés de receberem os tí-

Rio Grande do Norte

Superexploração no Nordeste

O supermercado Nordestão que, obteve em 2011 um faturamento da ordem de 605 milhões de reais e, avançou em 2012 para um faturamento em torno de 760 milhões conta hoje com cerca de 3 mil funcionários. A empresa atribui o crescimento ao seu diferencial que seria o atendimento, mas é justamente por trás desse “atendimento de coração” que se esconde a opressão social burguesa exercida pela

e amortizações da dívida, enquanto precariza os serviços públicos de saúde, educação e previdência em benefício do capital financeiro nacional e internacional.

Os milhões de favelados fazem parte da maioria nacional oprimida. Não se levantam organizadamente contra a brutal miséria porque o proletariado se acha controlado pela burocracia sindical e carece de seu partido. Mas a tendência é a dos moradores das favelas se lançarem à luta: contra as condições subhumanas de moradia, a violência policial, as milícias paramilitares e os despejos. A resposta proletária às questões de moradia, saúde e educação começa pela defesa do emprego a todos, do salário mínimo vital, jornada de trabalho e estudo compatível com a juventude e um plano habitacional controlado pelas organizações populares.

às ruas com bandeiras, balões e com um pequeno punhado de direções sindicais, delegados de fábricas e de representantes dos comitês por empresa. Portanto, não há empenho para que a classe operária paralise a produção para os protestos de rua. O governo se compromete em realizar reuniões e, a partir daí, o movimento de rua é deixado de lado.

Assim, os atos das Centrais são letra-morta para os trabalhadores e não causam nenhuma ameaça aos capitalistas, nem ao governo.

tulos das terras, os camponeses são surpreendidos pelo braço armado do estado e seus aparatos repressivos. No dia 13, integrantes do ICM-Bio, Polícia Federal, Ibama, Força Nacional e a Polícia Militar iniciaram uma operação de guerra para a retirada de mais de 200 famílias da área da APA da Vila do Rio Pardo.

Os camponeses e moradores responderam com bloqueio de estradas e destruição das pontes de acesso para tentar impedir as ações criminosas dos governos e da polícia. A polícia para cumprir a retirada das famílias e desfazer o bloqueio utilizou das balas de borracha e armas letais. Dezenas de camponeses foram feridos e outros presos. Mesmo assim resistiram destruindo um carro da polícia. No conflito, o soldado da Força Nacional de Segurança foi morto. O governo e a imprensa querem responsabilizar os camponeses pela morte do policial.

Os verdadeiros responsáveis pela morte do soldado e pelos camponeses feridos são o governo do PT de Dilma Rousseff e o governo do PMDB de Confúcio Moura.

Os camponeses e moradores da APA exigem os títulos das terras. Que o governo cumpra imediatamente o que havia prometido. Que não haja nenhum processo judicial e criminal contra os camponeses que lutam bravamente por suas terras.

empresa contra os trabalhadores.

O Nordestão, como as demais empresas capitalistas, utiliza-se do método da opressão ideológica sobre seus funcionários no intuito de aliena-los e transfigurá-los.

Segundo relato de funcionários, durante anos a empresa os obrigou a fazer horas-extras sem que o Nordestão pagasse por tal serviço.

No presente momento, até onde sabemos, essa prática já não mais se verifica, porém, outras formas de exploração extrema ocorrem frequentemente dentro de tal empresa. Uma delas é a denominada “DO-BRA”, onde a empresa solicita que os funcionários – como o próprio nome da prática sugere – dobrem sua carga horária diária. Ou seja, após o cumprimento de uma jornada estafante de trabalho o funcionário seguirá com seu labor por mais 7 ou 8 horas, totalizando assim mais de 14 horas de trabalho por dia, patamares vistos no período da revolução industrial e que tanto se lutou para derrubar.

Além do trabalho em excesso, há ainda as condições estruturais precárias da empresa no que tange as demandas dos trabalhadores. Sobre isso podemos citar: 1) refeitório pequeno que não atende as necessidades dos funcionários, 2) local de descanso também pequeno e insuficiente para atender a todos que ali trabalham, 3) a pequena

quantidade de armários relativo ao número de funcionários, que, obriga a divisão de um mesmo armário por várias pessoas, 4) falta de ventilação adequada nos locais de trabalho, principalmente no setor de depósito e etc.

Somado a toda essa situação, ocorrem ainda as perseguições individuais onde, por meio da forja de advertências e suspensões, os encarregados setoriais punem os trabalhadores. O Nordeste trabalha ainda com a terceirização da mão-de-obra, sendo que os trabalhadores que se encontram sob esse regime, têm seus direitos usurpados pela empresa, enquanto as prestadoras de serviços enchem os bolsos.

Eis aqui a verdadeira face da empresa Nordeste, escondida atrás do embuste do “atendimento de coração”, eis a origem do lucro crescente que, resulta da exploração exacerbada dos trabalhadores.

Cotia

Mobilizações contra o fechamento do período noturno e perseguições políticas

Em Cotia/SP, alunos, pais e professores deram um exemplo de como a luta unificada consegue reverter os ataques do governo do PSDB contra a educação. Na Diretoria de Ensino de Carapicuíba/Cotia a ordem é fechar salas e períodos. Duas escolas de Cotia estavam na lista: a E.E. Vinicius de Moraes e a E.E. Deputada Conceição da Costa Neves (selecionada para ser transformada em escola de período integral), que teriam de encerrar suas atividades no período noturno. Sem consultar a comunidade ou os Conselhos de Escola, estas escolas já estavam recusando-se a aceitar matrículas.

Os alunos da E.E. Deputada Conceição se revoltaram com o fato de que teriam de se transferir para escolas distantes de suas casas. Iniciaram uma campanha contra o fechamento do noturno, que ficou conhecida no Facebook como *Revolução Conceição*. Em pouco tempo, o Grêmio Estudantil se organizou e com faixas, cartazes e um abaixo-assinado que percorreu toda a comunidade, paralisou as atividades no dia 13/11 e em passeata pelas ruas do bairro, exigiram a reabertura das salas e das matrículas. O protesto surtiu resultados: a Dirigente de Ensino de Carapicuíba, Maria Aparecida dos Santos, se deslocou até a unidade escolar e diante

das pressões de alunos, pais e professores garantiu a manutenção do período noturno e a reabertura de salas da EJA, que foram fechadas no ano passado por ordem da D.E. de Carapicuíba.

Mas a situação não parou aí. Na E.E. Tenente Ernesto Caetano de Souza, também em Cotia, as perseguições por conta da greve dos professores deste ano ainda não acabaram. A professora Janaina de Jesus Almeida acatou a decisão da assembleia geral dos professores e permaneceu 22 dias em greve. Como punição, teve em sua avaliação do Estágio Probatório a nota “ZERO” em assiduidade. O diretor Clério César se agarrou na resolução que avalia os professores durante o probatório para punir a professora e dar um exemplo aos demais professores. Como ele não pôde fazer nada contra a professora durante a greve, que exercia seu direito legítimo, achou por bem prejudicá-la agora. A professora sequer deu suas faltas abonadas, garantidas por lei. Portanto, a punição é pelos 22 dias de greve.

Os alunos, professores e o Grêmio Estudantil exigem o fim da punição à professora e a retirada de suas faltas. Estão dispostos a paralisar a escola, caso o diretor não modifique sua postura repressiva.

MST, seca e as lutas camponesas no Ceará

A situação de camponeses e moradores do interior tem se agravado com a seca e com o corte de recursos para assentamentos e desapropriação de terras. Há cerca de um mês (15/10), o MST ocupou o INCRA com várias famílias de municípios do interior (Sobral, Santa Quitéria, Crateús, etc) exigindo desapropriação de terras, recursos para infraestrutura hídrica e assistência técnica aos assentamentos. Em junho deste ano, o MST já havia ocupado o INCRA com praticamente as mesmas reivindicações e, em abril, o DENOCS. Em outubro, o MST levou 800 trabalhadores ao palácio do governo. O Secretário de Desenvolvimento agrário de Cid, o petista Nelson Martins, disse que o Programa Crédito Fundiário está para-

do. Neste 15 de novembro, sertanejos e trabalhadores agrícolas protestaram fechando a BR 020 que dá acesso a Canindé. Centenas de famílias estão há uma semana sem água. Exigem medidas contra a seca e denunciam o descaso do governo estadual. As notícias de falta d’água no interior e de insuficiência dos poços artesianos volta e meia ocupam as manchetes. A solução do problema da seca está ligado ao da falta de terra. O governo burguês é impotente, favorece os latifúndios/agro-negócios. O POR exige que o governo atenda imediatamente as reivindicações ao mesmo tempo que levanta a bandeira do fim do latifúndio e imediata entrega de terras aos camponeses pobres!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Ato em São Paulo do Dia Nacional da Consciência Negra

Convocado pelas centrais sindicais CUT, UGT, CGTB e pelo movimento negro, o Dia Nacional da Consciência Negra em São Paulo teve atos, passeata e show. A concentração marcada no Masp reuniu aproximadamente 800 pessoas, que assistiram a um ato religioso e às falas prioritárias das centrais e de figuras como Orlando Silva (ex-ministro dos esportes de Dilma, retirado do cargo após acusações de corrupção) e o vereador e artista, Netinho de Paula, ambos do PCdoB. A passeata este ano contou com uma ala especial das centrais sindicais, concentradas atrás do carro de som principal. Após a passeata, teve mais um palco, em que falou o prefeito Haddad, e em meio a uma extensa programação culturalista, o Dia Nacional da Consciência Negra foi encerrado com show.

Saltou aos olhos a direção do Dia Nacional da Consciência Negra nas mãos das centrais, assim como as falas e panfletos que colocavam em alto relevo a dura repressão nas periferias, em especial à juventude negra. Mas foi um ato marcado pela ausência da juventude da periferia. O ato foi da classe média. Mas, que interesse têm as centrais com o movimento negro?

As manifestações de junho mostraram que há uma tendência à agudização da luta de classes, diante do descontentamento generalizado da população, obrigada a segurar todo o peso da crise capitalista que se aprofunda. O aumento do desemprego, do custo de vida, ataques aos direitos trabalhista e social e o recrudescimento das medidas repressivas são as faces da crise expostas às massas. O centro de gravidade da opressão continua deslocado para a juventude, onde se encontram os maiores índices de desemprego, os subempregos, sobre quem recai o crime organizado e os maiores índices de assassinatos.

É também um setor com disposição de reagir à opressão, como tem demonstrado as constantes manifestações, ocupações e enfrentamento com a polícia.

Está aí o interesse das centrais. A juventude, majoritariamente negra e pobre, não começou a morrer ontem. O extermínio policial, acobertado há longa data pela imprensa burguesa, pelos governos e pela própria corporação, também não é novidade. O que mudou é a presença das massas nas ruas, e isso precisam conter.

O papel das direções das centrais sindicais, vendidas ao governo, juntamente com os partidos por trás dessas organizações, é frear as mobilizações, é de conter os instintos revolucionários da classe operária e dos demais explorados. É organizar e controlar os atos, de forma a servir de válvula de escape às insatisfações, mas não usá-los como um instrumento legítimo da classe proletária para impulsionar a luta. O “Dia Nacional de Luta” convocada pelas centrais para 11 de julho, um mês após as mobilizações de milhares, e a segunda para 30 de agosto, ambas esvaziadas e na direção contrária à disposição da classe operária de paralisar, é uma prova da sua política conciliadora e integrada ao Estado.

As bandeiras defendidas

Os pilares das reivindicações trazidas pelas centrais sindicais e pelas lideranças do movimento negro foram: 1) para combater o racismo, políticas públicas e cotas; 2) contra a repressão, a desmi-

litarização da PM; 3) o método da via parlamentar.

Muitos eram os cartazes que reivindicavam a aprovação no Congresso Nacional do PL 4471, um Projeto de lei que visa a acabar com os resquícios da ditadura militar que protege a polícia de suas agressões físicas e de seus assassinatos. Essa é a via por onde está se processando a chamada desmilitarização da PM.

Essa reivindicação não passa de uma adequação aos anseios sociais, da pequena burguesia, por segurança pública, mas que respeite a vida e os direitos da população. O que se propõe é uma reforma civilizadora da polícia.

Mas é impossível civilizar ou humanizar a polícia. A desintegração do capitalismo que impõe o desemprego, a fome, o aumento da concentração de riqueza e da propriedade, as distâncias cada vez maiores entre a riqueza e a miséria obrigam o Estado a se militarizar e disseminar a barbárie à classe proletária para proteger a propriedade privada.

Defendemos a desintegração de todo aparato repressivo como meio para pôr fim à violência contra os explorados. Mas sua dissolução expressará o fim de toda a forma de opressão capitalista e por isso caminhará conjuntamente com a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

A defesa da propriedade privada

Quilombos: Em coro com a posição pró-latifundiária de Dilma Rousseff, as centrais e as direções do movimento negro não levantaram a bandeira da entrega da terra aos quilombolas. Optaram por esconder o problema das mais de três mil comunidades à espera do governo federal emitir o título de propriedade coletiva dos quilombos. Essas direções servem aos latifundiários para manter intocada a questão da terra.

O Brasil, desde sua origem, assentou-se na propriedade latifundiária da terra, na exportação de matéria-prima, na monocultura e, marcado por longo período, pela utilização da mão-de-obra escrava negra.

A terra é posse da elite branca, colonizadora. A Lei das Terras de 1850 garante a manutenção das terras nas mãos dessa elite, transformando-a em mercadoria e garantindo seu caráter privado.

Defender os quilombos é se confrontar com a história de exclusão da maioria do acesso à terra, é bater de frente com os latifundiários que têm força no Congresso. Uma propriedade coletiva está em franca oposição à propriedade privada.

Cotas: É preciso cumprir a lei das cotas, mas essa medida não garante a inclusão da maioria excluída das universidades. Essa exclusão é fruto da mercantilização e desnacionalização da educação no país, que vem se acelerando nos últimos anos com a política do governo federal de beneficiamento dos capitalistas de ensino por meio dos programas como o Reuni, Prouni, Fies etc. Somente a expropriação, sem indenização de toda a rede privada de ensino, e controle coletivo por quem estuda e trabalha, garantirá o acesso universal de toda a juventude à educação superior. Essa tarefa democrática não será mais cumprida pela burguesia nacional, atrelada e submissa ao imperialismo, será parte da revolução social.

Pela entrega imediata das terras aos quilombolas!

O Dia Nacional da Consciência Negra reascende o problema da terra dos quilombolas. A Constituição de 1.988 prevê a obrigação do Estado brasileiro a emitir títulos de propriedade aos quilombos. No entanto, das 3.524 comunidades mapeadas pela Fundação Cultural Palmares, 2.408 foram oficialmente reconhecidas pelo Estado, mas somente a 207 deles foi emitido, pelo governo federal, o título de propriedade coletiva, mediante o prévio decreto presidencial pela desapropriação do terreno. Nesse ritmo, serão necessários 175 anos para que se cumpra a Constituição de 1988. Em meio ao aguardo, milhares de famílias vivem em condições de miséria, sem saneamento básico, sem postos de saúde, sem emprego, sem educação.

A raiz do problema dos quilombos está na propriedade privada da terra, está na alta concentração latifundiária no Brasil, herdada do período colonial. Hoje, as propriedades acima de 1.000 ha correspondem a apenas 0,92% do total, mas abarcam 43% da área, enquanto que as de menos de 10 ha correspondem a 47% das propriedades, abarcando apenas 2,7% da área.

O desenvolvimento da economia brasileira, assentada nas grandes propriedades de terra, na exportação de matéria-prima, na submissão e sujeição à metrópole colonial e posteriormente ao capital imperialista impede que a burguesia nacional cumpra com as próprias determinações legais, presentes na constituição.

A defesa da propriedade privada pelos governos está acima de qualquer tentativa de suposta reparação social pelos largos anos de exploração da mão de obra escrava negra. O Ministério Público Federal fala em cobrar agilidade do governo federal na questão fundiária, o que inclui os quilombos, mas não se trata de velocidade nos trâmites burocráticos, o governo de Dilma/

PT esse ano não entregou um título de propriedade a nenhum quilombo, assim como recentemente anunciou o fim dos assentamentos agrários, voltando atrás por pressão eleitoral.

O Estado brasileiro não possui soberania sobre sua economia. Vê-se forçado a deixar à mingua aqueles que se reivindicam descendentes dos que resistiram à exploração dos senhores de engenho e organizaram comunidades coletivas, de economia de subsistência, em contradição aos grandes latifúndios açucareiros de exportação.

O zero absoluto de títulos aos quilombos em 2013, a renúncia aos assentamentos, o baixíssimo número de assentamentos realizados por Dilma ao longo de seu mandato, só demonstram a posição pró-latifundiária de Dilma Rousseff/PT, que defende a todo custo os interesses do capital imperialista, profundamente vinculado ao agronegócio e proprietário de grandes extensões de terra no Brasil.

No capitalismo, os quilombos, sua história de resistência e de experiência de economia coletiva são tratados apenas como uma luz fraca na memória de alguns. O capitalismo reserva aos quilombos a miséria. O real reconhecimento da propriedade dos quilombos, assim como a emancipação da população negra não virá da democracia burguesa, será uma conquista da luta das massas, da revolução social, da libertação do homem das relações de produção com base na exploração. Será alcançado quando os meios de produção, o que inclui a terra, deixarem de ser uma propriedade privada e passar a ser uma propriedade coletiva, em que todos tenham acesso. Quando o produto do trabalho não for de proveito apenas de uma minoria, mas uma apropriação coletiva. Isso é a revolução proletária, socialista.

Reproduzimos abaixo manifesto do Comitê Estadual contra Repressão (S. Paulo) Manifesto contra a Prisão dos estudantes da USP, Inauê e João Victor

Camaradas,

Na madrugada de 12 de novembro de 2013, Inauê e João Victor foram vítimas da Polícia. Foram presos, agredidos, algemados e encaminhados para o Centro de detenção Policial.

As prisões foram resultado da intervenção da Tropa de Choque na universidade, com o objetivo de reintegrar posse da Reitoria, ocupada desde o dia 1º de outubro, em protesto ao autoritarismo da burocracia e pela democracia universitária. No entanto, Inauê e João Victor foram presos fora da Reitoria, e a eles foram imputadas as acusações de formação de quadrilha, furto qualificado e depredação ao patrimônio público.

Trata-se de uma clara violação ao direito de organização e mobilização, orquestrada pelo Estado em conluio com a Secretaria de Segurança Pública, o Poder Judiciário e a Reitoria, transformando uma ação coletiva em defesa da universidade pública em quadrilheiros.

Essa ação expressa a tendência repressiva desfechada pelo Estado contra todos os que se levantam em defesa de suas rei-

vindicações pelas questões mais elementares, como educação pública, saúde pública, moradia e transporte.

A Lei de segurança Nacional, a lei anti-máscaras, a Lei anti-greve, a recente reunião entre o ministro da justiça e os secretários de segurança de SP e RJ, de forma a modificar a legislação possibilitando o enquadramento individual de ações coletivas, tem demonstrado a centralização dos Estados em conter as massas que se radicalizam, tomando ruas, bloqueando avenidas, em resposta ao aumento da opressão.

O Comitê Estadual Contra a Repressão repudia veementemente a ação do Estado e de sua Polícia ao prender Inauê e João Victor. Defendemos o direito irrestrito a livre organização e manifestação. Defendemos os métodos de luta adotados pelos movimentos.

Nenhuma punição aos lutadores! Liberdade imediata a todos os presos políticos!

Pela Unidade na luta contra a repressão aos movimentos sociais que se levantam pelas suas reivindicações.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

A luta por democracia na USP não se esgotou: foi desmontada pela direção (PSol/PSTU)

**Tropa de Choque ocupa USP mais uma vez
É preciso protestar nas ruas! Exigir a libertação dos presos! Abaixo a repressão ao movimento! Pelo direito de se mobilizar pelas reivindicações!**

Na madrugada de 12/11, centenas de policiais da Tropa de Choque invadiram a USP para cumprir a reintegração de posse do prédio da reitoria, ocupada pelos estudantes desde 1/10, em protesto contra o autoritarismo da reitoria e da burocracia universitária e para reivindicar democracia na universidade.

Ao contrário de 2011, quando os estudantes que ocupavam o mesmo prédio foram pegos de surpresa pela repressão na véspera de uma negociação marcada com a reitoria e governo, desta vez o movimento já aguardava a ação da tropa treinada para o assassinato. Alertados por sua chegada, deixaram o local antes da ação repressiva. Dois estudantes, no entanto, foram presos por estarem passando perto da reitoria, em direção ao CRUSP, no momento da chegada da tropa de choque. Estão sendo acusados de formação de quadrilha, dano ao patrimônio público e furto qualificado, sendo que há alegação de flagrante. Além disso, há ameaça de colocar como suspeitos dos mesmos crimes aqueles estudantes que venham a fazer depoimento como testemunha, e uma promessa de novas acusações contra o DCE.

A violência policial não se despejou sobre os estudantes da maneira que fez em 2011. Há uma série de motivos para isso, dentre os quais a mudança na situação política causada pelas manifestações de junho se destaca.

A tarefa imediata do movimento deve ser a mobilização pela libertação dos estudantes presos, defesa do DCE contra qualquer tentativa de criminalização por parte da reitoria/governo e protesto contra a invasão da universidade pela Tropa de Choque.

A construção da desocupação

A reitoria já havia derrotado a ocupação e a greve politicamente. Valeu-se para isso da política da direção do DCE (PSol/PSTU), que retrocedeu a mobilização das ruas para dentro da universidade, estimulou o corporativismo dos cursos quando negociou pautas específicas nas unidades, retirou cursos importantes da greve e, principalmente, embelezou a farsa da negociação da reitoria, enaltecendo as promessas e comissões palpiteiras apresentadas pelo reitor para enrolar os estudantes, dando a falsa impressão de que a casta autoritária que governa a universidade estava fazendo concessões e recuando, e assim alimentou o recuo da mobilização. Depois de rechaçar as reivindicações que expressam de fato a democracia universitária – **o governo tripartite subordinado à assembleia geral universitária e a dissolução do conselho universitário** – em nome de negociar pontos “alcançáveis”, acabou renegando suas próprias bandeiras de “democratização” da estrutura autoritária em nome de um termo imposto pela burocracia universitária. Fez uma forte campanha dentro e fora da USP pelo fim da greve e aceitação do termo da reitoria, embutida aí a desocupação da reitoria. Ao procurar atenuar o choque, abriu caminho para que a reitoria recuperasse a iniciativa, recorresse ao Tribunal de Justiça, atropelasse as instâncias judiciais e impusesse a reintegração de posse.

Uma parcela dos estudantes resiste

A assembleia de 06/11 foi uma das maiores desse movimento.

Mais de 1300 estudantes votaram em grande maioria pela rejeição do termo da reitoria, manutenção da greve e da ocupação. A direção do DCE manobrou para votar a desocupação novamente no dia seguinte, numa assembleia com cerca de um terço dos presentes no dia anterior, mas foi derrotada de novo. Mais de setecentos estudantes se manifestaram em favor da ocupação. Novamente, como aconteceu com a aprovação da bandeira do governo tripartite, um setor importante se posicionou em oposição à linha de conciliação da direção do DCE e defendeu o caminho da luta contra a casta autoritária que governa a universidade. Mas o estrago no movimento já estava feito. Já não existe a unidade na mobilização. A divisão foi implantada inclusive nos cursos mais mobilizados. A confusão ao redor das proclamadas “conquistas” do termo da reitoria ludibriou uma parte dos estudantes. O setor mais propenso à conciliação se uniu aos antigreve, manejado por professores e seus mesquinhos interesses, e conseguiu ganhar força e expressão nas assembleias dos cursos que resistiram à política de desintegração da greve pela direção do DCE. O comando de greve, controlado pela direção do DCE a partir das delegações de cursos que não estão em greve, está amarrado pela dupla PSol/PSTU.

Se uma parcela resiste, como as centenas de estudantes da assembleia do dia 06/11, alguns cursos da FFLCH e da ECA e o curso de Design (da FAU), que voltou a decretar greve, é porque acredita que é possível retomar as mobilizações de rua, de forma a pressionar o governo e a reitoria. É porque não aceita deitar as bandeiras que foram levantadas e aceitar as imposições da reitoria. É porque quer defender o movimento contra os processos e perseguições políticas. É porque busca a unidade com os demais movimentos sociais reprimidos pelos governos, pelo Estado policial.

Assembleia de 13/11 mantém a greve, apesar da direção

A assembleia de 13/11 aconteceu sob a campanha aberta de boicote à mobilização feita pela direção do DCE. No entanto, a invasão da universidade pela Tropa de Choque, a prisão e tortura de estudantes pela polícia e anúncio de mais processos criminais levou centenas a comparecerem. A discussão se centrou na continuidade ou não da greve. Havia um fato novo, a prisão e tortura de estudantes. Ainda diante disso, a direção do DCE (PSol/PSTU) defendeu o fim da greve. A Corrente Proletária defendeu que a luta contra a repressão se impunha e não era possível levá-la adiante com a força necessária sem a greve. Denunciou a direção do DCE, que desmontou a greve com uma política conciliadora e corporativista, e que com ela abriu caminho para que a reitoria saísse do isolamento e obtivesse a reintegração de posse no judiciário. Venceu a votação de greve por 299 a 232 votos.

É preciso destacar a posição da LER-QI, que se absteve nessa votação. É verdade que parte de sua militância e contatos votou pela greve, mas a posição da corrente foi a de se abster. Na verdade, pretendia defender o fim da greve, mas optou pela abstenção para se diferenciar da direção do DCE. Uma posição de capitulação diante do feroz ataque repressivo.

A assembleia, a partir daí, contou com uma atitude de bloqueio pela direção. Tudo era estendido e conflitado para que não se tomassem medidas de luta. A Corrente Proletária propôs um ato de rua, que venceu a votação contra a proposta do DCE de fazer um ato interno à

universidade. Para o trajeto do ato, havia duas propostas. A Corrente Proletária abriu mão da proposta de ir da Avenida Paulista ao Tribunal de Justiça, para que houvesse unidade e se encaminhasse o ato, ao redor da proposta de sair da USP e ir à Av. Paulista. Mas a direção do DCE, em desespero para bloquear o encaminhamento da assembleia, manteve a proposta de ida ao Tribunal, a mais avessa à sua de fazer o ato interno, e exigiu contagem. Seu objetivo era impedir a rediscussão da composição do comando de greve e comissão de negociação. Mas a votação, por diferença de cinco votos, decidiu pelo ato até o Tribunal, fazendo com que o feitiço virasse contra o feiticeiro. Mas o esgotamento do teto inviabilizou qualquer outra deliberação.

Comando de greve sob ultimato de PSol/PSTU

A reunião do comando de greve de 19/11 quase não se realiza. PSol e PSTU, que boicotaram sua convocação e não levaram a maioria de seus delegados, alegavam que o comando não poderia acontecer. E que os delegados não teriam mais mandatos, pois muitos cursos saíram da greve e não fizeram novas assembleias. Até mesmo os delegados do curso de geografia, ainda em greve, foram questionados pelo fato da assembleia não os ter revotado. Argumento que passou a valer só agora, pois durante a greve se apoiaram numa maioria de delegados dos cursos que não estavam em greve nem faziam novas assembleias. Exigiam que só se fizesse uma reunião para organizar o ato de 21/11 e nada se decidisse. Ameaçaram implodir o comando. Baseados na decisão da assembleia de 13/11, os delegados iniciaram o comando tendo como primeiro ponto a organização do ato. Parte dos delegados do DCE se retirou.

Ato e assembleia de 21/11 sob boicote

A manifestação de rua contra a prisão e tortura de estudantes percorreu o centro da cidade de São Paulo. Cerca de 200 pessoas iniciaram a passeata, que ganhou algum apoio durante o trajeto.

A seguir, instalou-se a assembleia geral na faculdade de Direito, ali no centro da cidade. A direção do DCE, logo na abertura da assembleia, reivindicou a aferição de quorum por contagem. Todos viam que não seria alcançado o número estatutário de 375 presentes. A direção do DCE reivindicava que aquele fórum não era uma assembleia. Que não haveria direito a questões de ordem nem esclarecimento. Além de comparecer com pequeno número de militantes, passou a agir pela implosão da assembleia. Depois de perder seguidas votações de fim de greve, avaliou necessário destruir a assembleia.

A direção do DCE não conseguiu completar sua linha de desmonte da greve até a aprovação de seu fim na assembleia. Encontrou pela frente a resistência de uma vanguarda que se mostrou disposta, desde a primeira assembleia, a enfrentar a reitoria/governo/repressão com a força da mobilização. Teve de se chocar abertamente contra a democracia estudantil. Ao não conseguir impor sua linha de implosão, decidiu romper com a assembleia e abandonou o plenário.

Enquanto isso, numa das entradas do prédio, militantes do PSTU de fora do movimento estudantil agrediam um militante do PCO que tinha se envolvido numa briga após a assembleia de 07/11. Logo após a saída da direção do DCE, esse militante denunciou a agressão à assembleia.

A assembleia decidiu prosseguir, abrindo as falas e indicando propostas aos cursos e ao comando de greve.

O MNN propôs que se votasse o fim da greve. A Corrente Proletária se opôs à votação dessa resolução. Sequer cabia apresentar essa resolução num fórum rompido pela direção e impossibilitado pelo

quorum de deliberar a respeito. Mas o central era que o desmonte da greve foi feito pela direção, que acabava de romper, e não cabia aos que se opuseram à política conciliadora e corporativista assumirem a decisão política de por fim ao movimento. Caberia à direção fazê-lo diante de uma assembleia. A posição de não votar venceu por margem apertada.

A LER conseguiu se abster diante das propostas de votar ou não votar. Parece uma posição impossível, mas a declaração revelou que a LER queria indicar aos cursos o fim da greve. Mostrou que na essência estava junto com o MNN na defesa do fim da greve. A direção do DCE tinha errado na avaliação da assembleia: se tivesse permanecido, é provável que aprovaria o fim da greve com apoio/abstenção de MNN e LER-QI.

Foi feita uma proposta de ocupação imediata da sede do DCE. A Corrente Proletária se opôs, mostrando que a cisão imposta pela direção deveria ser combatida, e a ocupação do DCE na verdade fortaleceria a divisão. O movimento deveria é reivindicar a unidade na luta contra a repressão, em oposição à linha divisionista da direção do DCE. Venceu não ocupar.

Por fim, indicou-se um calendário de mobilização, quando se votou se se organizaria ou não um ato de rua, e venceu a proposta de não fazê-lo, defendida pelo MNN. Assim, o próximo passo da mobilização dependerá das assembleias de curso e reunião do comando.

Ainda se votaram moções de repúdio à ruptura da direção do DCE com a assembleia, à agressão física ao militante do PCO e de apoio a decisão dos estudantes de Design, que deliberaram o cancelamento do semestre e contra a reposição de aulas insuficiente.

Um movimento radicalizado com uma direção conciliadora

O movimento por democracia na USP não se levantou a partir da própria organização dos estudantes. Por dois anos, a direção do DCE fracassou em mobilizar pela bandeira das diretas e paritárias para reitor. Uma semana antes do 1º de outubro, fez um ato com menos de 30 pessoas em frente à reitoria. Foi uma cisão dentro da casta burocrática que levou à erupção do movimento, a partir da ocupação da reitoria em 1º de outubro.

Mas a ocupação canalizou o descontentamento latente nos cursos. Centenas de estudantes confluíram para a ocupação, votaram bandeiras de real autonomia e democracia universitária, como o governo tripartite de mandato revogável e subordinado à assembleia geral, e foram aos cursos defender a greve e os piquetes para erguer a mobilização e ir às ruas.

A direção do DCE esteve politicamente encurralada por duas semanas. Mas conseguiu convencer a maioria numa assembleia a aprovar a divisão das reivindicações entre eixos e bandeiras. De forma oportunista, aprovou como eixos as reivindicações que já tinham sido anunciadas pela burocracia como negociáveis, e deixou de lado como bandeiras decorativas as reivindicações que poderiam levar a um choque profundo com a casta autoritária, como o governo tripartite e dissolução do C.O.

A reitoria esteve isolada politicamente ao não negociar. A justiça deu um prazo de dois meses à ocupação pela intransigência do reitor em negociar. Quem o ajudou a sair desse isolamento foi a direção do DCE, que embelezou a farsa criada pela reitoria numa negociação que sequer ocorria no interior da universidade, que resultou na imposição de um termo que continha reafirmação de promessas, comissões de discussão e confirmação da repressão por meio de processos. Se há negociação e concessões pela reitoria, por que então se manteria a

ocupação, perguntava-se o judiciário. Criaram-se as condições para a desocupação violenta.

Nos cursos, a negociação de pontos específicos levou à saída da greve por partes, de forma corporativista. E resposta à repressão governamental na manifestação de rua de 15/10 foi o internismo, a limitação do movimento à realização de trançaços de portão com algumas dezenas de estudantes e por poucas horas.

Faltava apenas o golpe de misericórdia na greve: aprovar seu fim na assembleia. Mas as centenas de estudantes que aprovaram o governo tripartite e o choque contra a casta burocrática não arreda pé. Por mais esforço que a direção faça, não consegue maioria. Resta se voltar contra a própria democracia e organização do movimento. A

Paraná

Confirmado o acerto da posição do POR nas eleições do DCE da UEL

A vitória da chapa 3 na recente eleição para renovação da direção do DCE pode se explicar por vários fatores: de início, o grupo que vinha dirigindo a entidade há três mandatos compareceu dividida e durante a curta campanha se apresentou sem vontade de continuar no comando. Por outro lado, a chapa 3 fez a campanha de marketing mais barulhenta e colocou a sua imagem às manifestações de junho e a mobilização em defesa da autonomia universitária. Numa campanha eleitoral que durou menos de uma semana, a festividade substituiu o debate político.

Contudo, é também importante avaliar o peso que teve o fato desta chapa se apresentar tão despolitizada quanto as outras, fator que diluiu qualquer diferenciação ou rejeição que correntes como o PSTU e PSOL pudessem enfrentar. Estas, que no passado já defenderam posições mais explicitamente políticas (ANEL, 10% do PIB para educação, etc.) esconderam suas posições para não se confrontar com a Consulta/PT, cuja orientação abertamente reformista prevaleceu dentro da frente. Nisso se manifestou, de um lado, o oportunismo de esconder velhas bandeiras para “não assustar o eleitorado”, mas, por outro, uma efetiva convergência reformista-eleitoreira.

O que se pode esperar da chapa três no comando do DCE

Da leitura do seu material de campanha, ressalta uma orientação claramente reformista. É o que se depreende, por exemplo, das afirmações sobre o ponto de “estrutura física”, em relação ao qual eles se propõem a “trabalhar para reposição” dos livros; garantir “recursos específicos para viagens” de “trabalhos de campo, projetos de extensão, congressos e encontros [acadêmicos, supomos]”. E explicitando o reformismo, afirmam querer “construir soluções viáveis no que diz respeito à acessibilidade, acústica das salas de aula e falta de equipamentos”. Estes “problemas” são problemas que o movimento estudantil deve exigir que a burocracia universitária resolva, aproveitando para denunciar que o sucateamento é consequência da privatização branca que corrói a universidade por dentro. Basta ver os cursos onde existem especializações pagas ou venda de serviços para comprovar que nesses não faltam recursos.

Ademais, rebaixam e escondem a ausência de definições políticas apresentando-as como se fossem problemas técnicos. Por isso, definem como um grande desafio a “falta de comunicação entre os Centros Acadêmicos” e propõem uma panaceia tecnológico-informática, escondendo que o fundo da questão é político. Os Centros Acadêmicos alinhados politicamente se comunicam muito bem. O que o DCE

política colaboracionista e corporativista faliu totalmente.

Cabe ao movimento tirar todas as lições e preparar um novo embate contra a burocracia e o governo. A ameaça de mais processos políticos tem de ser respondida. É preciso retomar a defesa das bandeiras de real autonomia e democracia universitárias, governo tripartite e soberania da assembleia geral universitária. E levar o método da mobilização de rua, em unidade com os demais movimentos sociais, como meio de lutar contra o governo e a burguesia, que manejam a casta burocrática autoritária na universidade. Isso se combina com a construção de uma direção política que encarne esse programa, o programa proletário, único capaz de dar a resposta efetiva às necessidades dos que estudam e trabalham.

não fazia era convocar assembleias, por meio das quais pudessem se expressar as oposições. Neste ponto, a chapa três não coloca como “proposta” a convocação regular de assembleias, aliás, em lugar algum da sua plataforma.

Na questão das opressões, além do distracionismo embutido nessa abordagem, ao invés de buscar o fim das “opressões”, limitam-se a propor “conversas e grupos de debates” ou reivindicar uma política “assistencialista” por parte da universidade para as gestantes. O que dá a ideia do que farão para acabar com as “opressões”. É só conversa.

Quanto ao aceso e permanência, abordam esta questão de um ponto de vista assistencialista e reivindicam apenas assistência, reforçando até a seletividade [oposto à universalidade] “uma vez selecionado para moradia estudantil, que o estudante tenha garantia da estabilidade ao direito a morar até o fim”. Quer dizer, aquele que não foi selecionado não tem o direito a morar? Ademais, coloca-se no campo da burocracia e propõe uma “pró-reitoria de acesso e permanência”, como se a negação do direito dos estudantes a morar, comer e se locomover gratuitamente na universidade fosse decorrente da falta de uma instância burocrática! E tão institucional é sua perspectiva que, no caso do RU, sequer reivindica a gratuidade das refeições, mas “uma política de redução do valor”.

Finalmente, há que registrar a demagogia aparelhista subjacente aos propósitos desta chapa, tal como aparece no ponto da “Organização”. Supostos “diálogos”, “espaços artísticos e culturais”, assim como “conversas” são pura demagogia. A organização dos estudantes só ocorre em torno a claras bandeiras e programas explícitos que a chapa três faz questão de esconder. Além disso, nem se fala de assembleias regulares, espaço por excelência onde ocorre a deliberação e organização estudantil. Vê-se, por aí, que o “princípio” da “horizontalidade” pode começar a ser quebrado na ausência de assembleia, substituída pelos “diálogos” realizados sabe-se lá onde.

No longo prazo, as correntes que compõem a chapa 3 certamente vão se enfrentar, pois os três grupos tem interesses eleitorais que os levarão a se chocar no ano que vem, ano de eleições. Mas, no curto prazo, enquanto não ocorrer nenhum grave enfrentamento político que exija definições mais claras, manterão a onda festiva da campanha que os caracteriza até agora.

Construir a Corrente Proletária

A Corrente Proletária, que há anos vem defendendo a constitui-

ção de uma frente para varrer o estalinismo/petismo do DCE, fez um esforço para que a chapa três assumisse uma posição de ruptura com a política de colaboração de classes da direção anterior. Se isso ocorresse, se explicitariam as reivindicações de oposição à privatização da universidade, defesa da universidade pública, autonomia universitária e outras. Mas, PSOL e PSTU se negaram a encarar esta tarefa, preferindo se subordinar à Consulta/PT, diluindo seu programa.

Temos clareza de que o voto nulo programático não é no caso a melhor posição, mas fomos obrigados para não compactuar com o

oportunismo e devido à nossa fragilidade organizativa, que nos impossibilitou lançar uma chapa.

A tarefa colocada é a construção da corrente proletária, ou seja, uma corrente constituída sobre a base do programa da classe operária dentro da universidade. Que tenha como eixo a estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e constituição do sistema único, público e gratuito, científico, vinculado à produção social. E que defenda a autonomia universitária na forma do governo tripartite com voto universal submetido à assembleia geral universitária e com mandato revogável.

Eleições DCE UFC: Disputa aparelhista pelo controle da entidade marca a polarização entre a burocracia estudantil (UJS/PDT) e os reformistas e centristas do PSOL e PSTU

Entre os dias 19 a 21 de novembro, ocorreram as eleições para o DCE - UFC. Cinco chapas se inscreveram (Chapa 1 "DCE pra você" PDT/Proposição; Chapa 2 "Há quem cante diferente" PT; Chapa 3 "Um passo a frente" UJS; Chapa 4 "Eu vou a luta com essa juventude" Levante e PCR e Chapa 5 "Amanhã vai ser maior" PSOL e PSTU/Anel), depois de quatro anos não tem uma eleição com tantas chapas, o que expressa um realinhamento conjuntural das correntes em torno da disputa pela entidade. A divisão da última gestão "DCE de verdade", chapas 1 e 3, na última hora, é uma mostra disso.

A última gestão "DCE de verdade" (UJS/PDT) foi um entrave para o avanço da luta e mobilização estudantil. Atuaram como agentes da reitoria no interior do movimento desde a greve das federais no ano passado; votaram uma punição para o CA de História porque este impulsionou uma calourada não autorizada pela burocracia universitária; desrespeitaram as decisões do Congresso de estudantes e da assembleia estudantil durante a greve de servidores e professores. Até a prestação de contas da entidade mostrou o significado da gestão estalinista: a prestação de contas da gestão não foi aprovada por falta dos comprovantes dos gastos. Foram gastos quase 60 mil reais sem que houvesse uma luta consequente pela entrega das carteirinhas estudantis e pelo passe livre, etc.

Apesar disso, a parte da oposição organizada na chapa 5 "Amanhã vai ser maior" não foi capaz de fazer uma luta consequente contra esses burocratas, muito pelo contrário em muitas ocasiões atuaram em favor do DCE como na do greve ano passado, quando referendaram o conselho de entidades que deslegitimou a assembleia que decretou a greve estudantil. Além disso votaram na prorrogação da gestão em

maio (contrariando decisão do Congresso de estudantes), boicotaram o fórum pelo passe livre que organizou manifestações pela entrega da carteira estudantil, revogação do aumento da passagem e passe livre.

Em meio aos ataques dos governos e reitorias à educação, em geral, e às universidades em particular, a eleição do DCE deveria estar pautada sobre como o conjunto dos estudantes irão se levantar para arrancar democracia, mais recursos, residência, bolsas etc. Mas, não é isso o que se passa na UFC. A eleição para o DCE tem sido marcada apenas pela disputa do controle da entidade. O debate das ideias, de um programa para o movimento estudantil tem sido colocado de lado, prova disso é que os Conselhos de Entidades (CEBs) em tempos de eleição são sempre lotados, mas, para discutir a luta pela carteirinha, por mais segurança, professores etc. não consegue reunir sequer um terço dos CAs. Muitos estudantes de luta têm sido levados pelo discurso do mal menor e estão votando ou compondo a chapa, apesar de uma carta expondo divergências internas como falta de democracia, machismo e falta de unidade programática prognosticando caso a chapa ganhe "é muito pouco provável que traga ganhos concretos para o conjunto dos estudantes, assim como trouxe a gestão "Da luta não me retiro".

Apesar de avaliar que o próximo ano poderá ser de intensas mobilizações populares, daí o porque ter uma gestão comprometida com as lutas seria estratégico para o movimento, a Corrente Proletária na Educação (CPE) chamou o voto nulo por entender que a experiência com PSOL e PSTU nas gestões 2009/2012 mostraram que são inconsequentes em fazer a luta pelas reivindicações dos estudantes. Chamamos os estudantes a construir a CPE e fortalecer o Fórum permanente Pelo Passe Livre.

DRE Campo Limpo promove encontro para formação de grêmios O que está por trás do tal "protagonismo jovem"?

No dia 5/11, realizou-se um encontro sobre a formação dos grêmios estudantis, promovido pela Diretoria Regional de Ensino (DRE) Campo Limpo, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Lá, o discurso oficial, expressado pelo próprio dirigente regional e demais membros da gestão, foi o da valorização do princípio da gestão democrática e de promoção da participação dos alunos. A afirmação era de que os encontros representavam um primeiro passo de um processo, e que caberia às DREs apenas incentivar e dar estrutura, já que o objetivo maior seria desenvolver o protagonismo dos estudantes.

O que se viu, no entanto, foi a tentativa de cooptar gestores de escola, professores e estudantes para a aplicação de um projeto governamental, que é o da implantação de grêmios controlados pelas direções, de caráter culturalista, com uma vaga noção de politização (colocada como "protagonismo jovem"), na verdade, reprodução da concepção democrático-burguesa de fazer política, centrada na negação da luta de classes. Na prática, ao grêmio deveria caber o papel de sugerir melhorias nas escolas e de canal de expressão dos jovens. Em outras palavras, ser um organismo palpiteiro, válvula de escape das insatisfações. Uma forma de institucionalizar os conflitos, exatamente

como apregoa o discurso da tal gestão democrática.

A ideia não é nova. O objetivo de colocar uma máscara democrática sobre uma estrutura de poder profundamente autoritária vem de tempos. A escola é o palco onde se realiza uma tragédia cotidiana chamada fracasso da Educação. O ensino é descolado da vida, divorciado da produção social, separa teoria e prática, mutila as faculdades físicas e intelectuais, é memorístico e reproduz a ideologia da classe dominante. Os jovens trazem para dentro da escola seus dramas pessoais, que possuem raízes sociais na decomposição do capitalismo em crise. Uma estrutura verdadeiramente democrática colocaria tudo isso em xeque, daí a necessidade do autoritarismo.

Os governos não podem admitir publicamente essa realidade, embora não consigam ocultá-la totalmente. Precisam impedir que a violência (em suas múltiplas faces) venha à tona, apontam outros responsáveis (quase sempre os professores) e tomam medidas paliativas para mostrar serviço. Precisam satisfazer não só o público exterior à escola, mas também os que fazem parte dela, pois esses são uma massa heterogênea, onde atuam os movimentos organizados, sindicatos, partidos. Isto é, trata-se de um espaço de disputa político-ideológica - evidentemente uma disputa muito desigual. Os governos não usam somente a grande mídia e meios oficiais, sufocam as vozes contrárias através de muitos artifícios, dentre eles a repressão.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos que os estudantes e trabalhadores em Educação combatam a escola de classe, em franca decomposição. Isso implica erguer seus instrumentos de organização e luta. Nas escolas, os grêmios. Estes devem ser organizados.

Bahia

Balanço da ocupação do CPD da UFBA

A luta pelas condições de permanência para realizar os estudos na universidade sempre esteve presente na pauta de reivindicações do movimento estudantil no âmbito das universidades públicas. Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), as mobilizações para efetivar essa demanda, através da assistência estudantil (garantia de residência e alimentação), têm sido recorrentes nos últimos cinco anos, constituindo-se, inclusive, num dos detonadores da greve estudantil em 2012, após o processo de expansão de cursos e vagas nas universidades federais por meio do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI). A adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ao REUNI ocasionou o aumento significativo da procura dos estudantes por assistência estudantil. A tentativa de a universidade responder a essa demanda se deu por meio da criação da Bolsa Moradia, concessão de uma bolsa para o estudante conseguir pagar o aluguel, ao invés de ampliar o número de vagas nas residências universitárias, e a reabertura do Restaurante Universitário (R.U.), em 2010, depois de passar 20 anos fechado, cujo valor das refeições é de R\$ 2,50.

Como essas medidas foram insuficientes e paliativas frente à demanda crescente por moradia e alimentação, a assistência estudantil tem conduzido os estudantes a uma série de mobilizações na UFBA nos últimos dois anos. De lá para cá, houve a pífia ampliação de 199 vagas de moradia, através da construção de uma residência universitária, e a reativação do transporte intercampi (BuzUFBA) gratuito após a greve estudantil de 2012. O déficit da política de assistência estudantil na UFBA proporcionou a organização, em 2013, do movimento "Ocupar para Permanecer", constituído por estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil, que ocuparam o Centro de Processamento de Dados (CPD) por duas vezes este ano. A

mos independentes e autônomos em relação às direções, governos e à classe dominante. Devem ser ferramentas de mobilização e politização da juventude, mecanismos de frente única, capazes de impulsionar o combate pelas reivindicações específicas e gerais dos estudantes. Utilizados como instrumentos de conciliação com as direções, se desfiguram e se tornam correia de transmissão de interesses alheios.

Para isso, seria importante a presença das entidades representativas gerais dos estudantes secundaristas, como a UBES, UPES e UMES, dando auxílio, contribuindo para a formação dos grêmios. Mas, essas entidades se encontram profundamente burocratizadas, com direções governistas e conciliadoras, jovens lideranças já corrompidas pela jogatina dos partidos a que são cooptadas (PCdoB, PT, PPL). A imensa maioria dos estudantes passa sua vida escolar inteira sem jamais encontrar alguma dessas lideranças, que se perpetuam enquanto dirigentes em processos eleitorais viciados, despolitizados.

O resultado é que, dada a distância das entidades gerais, os grêmios quase sempre são formados pela iniciativa das direções, sob a tutela de alguns professores. Esses, por mais bem-intencionados que sejam, acabam reféns dos gestores, pois não são capazes de enfrentar as imposições de cima estando isolados. Tampouco os jovens conseguem realizar essa tarefa sozinhos. São raras e muito valiosas as exceções nesse sentido. Dessa maneira, a independência e autonomia dos grêmios ficam em geral comprometidas. Daí a importância da luta que realiza a Corrente Proletária Estudantil-POR pela formação de novos grêmios e intervenção onde esses já existem, trabalho que estamos reiniciando, e ao qual devemos dirigir grandes esforços.

primeira ocupação, realizada no mês de julho, conseguiu arrancar da Reitoria o reajuste do valor da Bolsa Moradia, a partir de sua equiparação com a bolsa permanência (R\$ 400,00) e da inclusão do auxílio café da manhã no valor de R\$ 150,00, além de compromissos relacionados à conclusão da reforma da cozinha do R.U. e ampliação da frota do BuzUFBA com alteração do roteiro de modo a facilitar o deslocamento dos estudantes às Faculdades de Economia e Ciências Contábeis, situada na Piedade, à Faculdade de Direito, localizada na Graça, e ao Centro de Educação Física e Esportes (CEFE), em Ondina.

No entanto, as atividades do segundo semestre de 2013 tiveram início no mês de outubro com o R.U. fechado. Na primeira semana de aulas, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), dirigido pelo Levante Popular da Juventude, Juventude Revolução e Quilombo (as duas últimas, frações do PT), limitaram-se à ação cartorial de, por meio de ofício, cobrar esclarecimentos da Reitoria a respeito do fechamento do restaurante. Duas semanas se passaram a partir de uma mobilização que teve o Palácio da Reitoria como destino para se obter as seguintes respostas da burocracia universitária: o R.U. ainda estava fechado porque era necessário a Vigilância Sanitária emitir o alvará de funcionamento da cozinha que teve de ser reformada devido às irregularidades apontadas por esse órgão em fevereiro deste ano, mas o esforço era reabri-lo em 28 de outubro; a transferência do auxílio alimentação, uma compensação aos estudantes contemplados pelas bolsas alimentação e moradia em virtude do fechamento do restaurante, que estava atrasada, ocorreria até o dia 26 de outubro e, quanto ao BuzUFBA, os estudos técnicos estavam sendo feitos no sentido de atender à reivindicação dos estudantes. Ou seja, mais promessas.

O fato é que a reabertura do R.U. foi adiado por mais uma semana: 04 de novembro. Além disso, o repasse do auxílio alimentação

continuava atrasado. Por conta disso, o movimento “Ocupar para Permanecer” realizou assembleia que aprovou a segunda ocupação do CPD este ano, caso o restaurante não fosse reaberto na última data indicada pela Reitoria, ação que acabou se concretizando, já que a burocracia universitária não cumpriu as promessas. Diferentemente da ocupação do CPD ocorrida no mês de julho, essa não teve o apoio do DCE, pois a sua direção estava convicta de que a reabertura do R.U. aconteceria na primeira semana de novembro e outros itens que fizeram parte da pauta de reivindicação com os quais a Reitoria se comprometeu há quatro meses atrás, seriam discutidos em mais uma audiência agendada para o dia 12 de novembro. A direção do DCE apoia a política educacional do Governo Federal do PT e, portanto, procura conciliar e evitar choques com a Reitoria.

A direção do movimento “Ocupar para Permanecer” não teve outra opção, senão utilizar o método da luta de classe, nesse caso a ocupação, ainda que de forma limitada, como meio de pressionar a burocracia universitária a abrir as negociações. Essa tática, no entanto, esteve na iminência fracassar, pois ocupação do CPD se iniciou mantendo algumas atividades que estavam ocorrendo em suas dependências, além dos funcionários da portaria do órgão que poderiam comprometer a segurança do movimento.

Participaram efetivamente da ocupação estudantes residentes, militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) e do Coletivo Contra Corrente. A militância do POR procurou demonstrar o significado da ação direta na luta de classes de modo a dotar o movimento de radicalidade e de um conjunto de reivindicações, fazendo-o romper com as tendências pacifistas e ordeiras. Assim, somente quando os estudantes assumiram o controle da portaria do CPD, no segundo dia da ocupação, em 05 de novembro, a Reitoria se dispôs a negociar com o movimento, garantindo a reabertura do R.U. para o dia 08 de novembro e anunciando a transferência do auxílio alimentação que estava atrasado com o fim de evitar comprometimento nas telecomunicações, uma vez que a UFBA, através desse órgão, é responsável pela conexão da rede de internet de parte significativa da região nordeste. Na reunião que definiu o ato na reabertura do RU, em face da discussão sobre o preço da refeição, enquanto alguns defendiam a despolitizada proposta das refeições a R\$ 1,00, a militância do POR defendeu a proposta de RU gratuito, contra as taxas e a privatização na universidade. A ocupação do CPD da UFBA mostrou claramente o caminho para as próximas jornadas estudantis na Bahia: o método da luta de classes e o enfrentamento com a política do governo burguês para a universidade.

Projeto Minerva: Promessa de prestígio educacional é arapuca para maior endividamento da juventude

Foi lançado com grande estardalhaço, em abril de 2012, nos EUA, o projeto de criação da “melhor universidade do mundo”, com os “melhores estudantes do planeta”, os mais “geniais” e “batalhadores”, que promete combinar o prestígio das mais elitistas escolas norte-americanas, agrupadas na Ivy League¹, com a inovação em que a prática será realizada em sete metrópoles pelo mundo, sem um *campus* e as disciplinas teóricas serão ofertadas virtualmente em tempo real com professores de ponta. Tudo isso por 1/4 do preço pago nas rivais.

Agora, com a abertura das inscrições para a primeira turma, a ser iniciada em setembro de 2014, que deverá incluir estudantes brasileiros, a iniciativa ganha espaço na mídia nacional com matérias que mais parecem peças publicitárias. Sob a embalagem da formação de líderes, ensino crítico e mão na massa, mal se disfarça o cheiro do decomposto capitalismo, com os odores da crise econômica mundial, de suas bolhas especulativas e da busca por novos ramos e mercados, no caso em questão da venda de diplomas (e prestígio) para clientes de países como o Brasil e China.

O projeto

Ben Nelson, o diretor executivo da Minerva, alavancou US\$ 25 milhões com especuladores para dar início ao projeto, caciou-se com sua experiência com um serviço de hospedagem de fotos, vendido à HP, em 2004, por US\$ 400 milhões. Junto com o projeto está Larry Summers, ex-presidente da Harvard e ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, do qual falaremos adiante.

A Minerva não terá campus, nem bibliotecas, nem labora-

tórios, nem pesquisa. Os grupos de 250 estudantes serão divididos em turmas de no máximo 25, viverão juntos em dormitórios inicialmente em San Francisco e depois em outras seis cidades no mundo, incluindo Xangai, Bombaim, Nova York, Londres e São Paulo. Isto garantiria o desenvolvimento das habilidades em comunicação, criação de rede de contatos e imersão em diferentes culturas. O que eles chamam de mão na massa se resume a simulações computadorizadas e práticas em laboratórios de institutos de pesquisa e empresas, por meio de parcerias. Em outras palavras, uma falsificação do ensino científico. A avaliação de discentes e docentes será contínua, com armazenamento de dados sobre o desempenho de cada um, que poderá ser consultado em tempo real, provavelmente pelos investidores.

Para a primeira turma, 19 estudantes servirão de cobaias, o curso deve custar cerca de R\$ 25 mil, valor que subirá para mais de R\$ 65 mil com as despesas de alojamento, materiais e seguro de saúde. Para os precursores, porém, será gratuito. Está em andamento um processo seletivo rigoroso que garantirá o critério meritocrático. Estes mesmos estudantes depois serão aproveitados como tutores para os próximos estudantes, desta vez pagantes.

A clientela

Nelson se contradiz ao delimitar seu público alvo. Diz que os exames de admissão serão mais exigentes do que os da Ivy League, mas também diz que quer abarcar desde o “garoto brilhante” que tentou entrar na Harvard e não conseguiu ou o “filho de um operador da Foxconn na China”. O público potencial, que atenderia ao perfil da Minerva, é estimado entre 200 mil a 400 mil estudantes. A proposta é ter no máximo 10% de estudantes estadunidenses, o que limita o aporte dos volumosos subsídios do governo federal. Porém, se depender da po-

1 Grupo das universidades privadas tradicionais, fundadas, em sua maioria, no século XVIII. Inclui a Universidade da Pensilvânia, Harvard, Cornell, Columbia, Brown, Princeton, Dartmouth College e Yale.

lítica educacional do governo brasileiro, com amplo benefício a corporações internacionais, educação a distância e subsídios, é bem provável que arranque vantagens por aqui. Se não conseguir, basta se articular com o setor financeiro para oferecer linhas de crédito próprias.

Mercado Asiático

Com a restauração capitalista em curso na China, junto com a desigualdade social, cresce a demanda por ascensão e a educação é vista pelas famílias como um canal seguro. Já são milhões de estudantes que vão estudar no exterior. Para custear os cursos preparatórios e os estudos, as famílias se endividam, por enquanto com parentes, vendem suas moradias, cortam gastos essenciais, o que indica uma mina de ouro para o capital financeiro.

Segundo a Forbes, a renda média anual na China, em 2002, era de \$10.200, o mesmo que o custo estimado da anualidade da Minerva. Enquanto a renda per capita subiu 63,3% de 2007 a 2012, as despesas em educação aumentaram quase 94%. Em 2012, cerca de 40 mil chineses foram a Hong Kong participar de processos seletivos para universidades americanas. Só em 2013 foram sete milhões de formandos no exterior. Os altos gastos com a educação também penalizam as famílias da Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Índia e Indonésia.

Com este quadro, é nítido que a Minerva aposta no aumento do endividamento das famílias asiáticas, principalmente as chinesas. Enquanto nos EUA as famílias devem 136% de seus ingressos, na China, as dívidas ainda correspondem a 17% da renda familiar. A dívida dos estudantes norte-americanos está próxima de R\$ 3 trilhões, sendo mais de 80% ao governo federal. Há 37 milhões de americanos com dívidas de crédito universitário. Os recém-formados saem da universidade acorrentados a uma dívida de US\$ 26 mil, em média (quase R\$60 mil). A dificuldade em pagar cresce ao se depararem com uma taxa de desemprego acima de 7% desde 2008.

Ou seja, o mercado norte-americano está saturado e detecta-se uma bolha no setor educacional, daí decorre o limite de 10% de estudantes locais na Minerva. Assim, os futuros estudantes, em vez de futuros líderes, provavelmente somarão as filas dos acorrentados a pesados empréstimos, sem garantias de emprego. A Minerva, portanto, em vez de um negócio a ser vendido a jovens empreendedores é muito mais uma grande jogada de marketing para criar um novo nicho para o setor financeiro.

As instituições educacionais com fins privados, nos EUA, são alvo de grande descrédito, com baixos níveis, ênfase no ensino a distância e práticas predatórias de vendas. São milhares de instituições que enganam seus clientes entregando diplomas não reconhecidos ou que não cumprem a promessa de ingresso no mercado de trabalho. Diante disto, a Minerva precisou se diferenciar. A sacada do projeto é suprir uma demanda por “prestígio”, associada às tradicionais universidades norte-americanas. Por isso toda esta prolongada jogada de marketing, que se estenderá com a turma-cobaia, assim como com a criação de um “Nobel” da Educação, chamado Prêmio Minerva, que deve entregar US\$ 500 mil a um professor considerado inovador, em 2014.

Bolhas

Além da bolha verborrágica e grandiloquente do projeto, a presença de Larry Summers como presidente do conselho consultivo da universidade indica a deliberada intenção de estimular a bolha do setor educacional. Este tecnocrata enfrentou protestos estudantis, como o Occupy Harvard, em setembro de 2011. A denúncia era justamente do vínculo da Harvard com as políticas de desregulamentação e especulação, fazendo a instituição um mero apêndice de Wall Street, sem liberdade de ensino e aprendizagem de outras abordagens teóricas e emprestando sua credibilidade a políticas econômicas que conduziram à quebra de 2007/2008. Na administração da instituição, Summers realizou uma série ruinosa de operações swap (trocas de risco) com os recursos da universidade. Depois de um voto de desconfiança da academia, renunciou à presidência.

Summers passou pelo Conselho de Consultores Econômicos de Reagan, no início da década de 1980; foi economista-chefe do Banco Mundial entre 1991 e 1993; secretário do Tesouro na Administração Clinton; e durante o governo de Obama, entre 2009 e 2011, ocupou o cargo de diretor do Conselho Econômico Nacional da Casa Branca. Junto com Alan Greenspan (da reserva Federal) e Robert Rubin (do Goldman Sachs) é responsabilizado por encabeçar as políticas que desembocaram na bolha do setor imobiliário que explodiu em 2007/2008.

Este senhor, que é apresentado como fiador de credibilidade do projeto Minerva, ministrou uma conferência no Fundo Monetário Internacional (FMI), em 8 de novembro de 2013, em que defende que diante de um cenário futuro de permanente estagnação é necessário estimular a criação de bolhas e endividamento “sustentável”, pois só nestes momentos a economia pode viver uma relativa prosperidade, aproximando-se do pleno emprego. Revela-se por inteiro aí a impotência da economia burguesa, liberal, para dar respostas às crises do capitalismo. As saídas que apresentam só preparam novas e mais violentas crises.

Resposta para a educação

Eis por inteiro o que o capitalismo tem a oferecer para a juventude. A educação perde completamente seu caráter de apropriação da herança acumulada pela humanidade por parte das novas gerações de modo a continuar desenvolvendo as forças produtivas. A grande “inovação” apresentada não toca, nem de longe, na separação entre trabalho intelectual e manual. Pelo contrário, assenta-se no ensino a distância, expressão máxima da decomposição da educação sob o capitalismo monopolista. O grande objetivo é arrebatar jovens, vender um sonho de ascensão social e amarrá-los a pesadas dívidas, dificilmente pagas, diante da precarização do trabalho e desemprego que pesam mais sobre a juventude.

Não há saída para a educação que não passe pela expropriação da rede privada de ensino, sem indenização sob controle dos que estudam e trabalham e não de tecnocratas como os do Projeto Minerva. Esta é a tarefa transitória que permite unir a juventude ao programa proletário de destruição do modo de produção capitalista. Uma nova universidade só pode ser fruto de uma nova sociedade. O resto é conversa de reformista ou promessa de marqueteiro das corporações de ensino.

Nesta edição:

- Segundo Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
- Desabastecimento e crise política na Venezuela
- Chile: Esmagadora abstenção no primeiro turno das eleições presidenciais
- Chile: Chile: o significado da abstenção eleitoral

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Exitoso Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Na cidade de Santa Cruz, Bolívia, nos dias 16 e 17 de novembro, se realizou o Congresso do CERQUI, com a participação de delegações das seções da Argentina, Bolívia, Brasil e Chile.

O Congresso aprovou uma resolução sobre a situação política internacional, discutiu o programa do POR do Brasil e a Resolução do 1º Congresso do POR do Chile.

Finalmente, elegeu-se a direção do CERQUI, cuja tarefa fundamental consiste em potenciar o desenvolvimento do CERQUI, conscientes da necessidade imperiosa de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, a reconstrução da IV Internacional, passando por cima do cadáver do estalinismo restaurador do capitalismo e do centrismo das seitas aventureiras que se autodenominam trotskistas.

Segundo Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Os trabalhos do Congresso e as resoluções aprovadas

O Congresso se iniciou com os informes políticos das seções. Em seguida, discutiu-se o documento sobre a situação política mundial, os programas de Chile e Brasil. Concluiu com o balanço organizativo e a eleição da direção do Comitê de Enlace. O trabalho preparatório permitiu aos delegados conhecer os documentos com antecedência, preparar suas intervenções, observações e questionamentos. Um congresso é o terreno para a crítica e autocritica. A mais ampla democracia interna ajuda a precisar e corrigir as posições. As diferenças, devidamente debatidas e fundamentadas, fortalecem a democracia e aprofundam a compreensão coletiva.

O congresso prestou especial atenção ao crescimento eleitoral da Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FET) da Argentina. O Comitê de Enlace recomendou o aprofundamento do estudo das bases materiais que explicam o crescimento eleitoral do centrismo. Este crescimento se concentra, por ora, na Argentina e Brasil. A presença do POR boliviano e seu programa no seio das massas do país impedem a estruturação do centrismo no altiplano. Em todo caso, o CE presta atenção à sua projeção internacional. Nisto se reflete também o caráter embrionário e a fragilidade organizativa do Comitê de Enlace, que tem a tarefa de combater o centrismo e derrotá-lo ideologicamente.

O centrismo é um fenômeno político concreto. Por isso, é necessário acompanhar sua evolução por todo um período. Lutamos para ganhar as massas que o apoiam, acelerando seu processo de ruptura com ele, e conquistá-las para o programa revolucionário do proletariado. Trata-se de desenvolver o programa marxista-leninista-trotskista, lutando por penetrar no proletariado. O centrismo se levanta como

bloqueio a essa tarefa, desviando a sua vanguarda. Reconhecendo este problema, o Congresso deliberou por centralizar o combate programático e ideológico contra o centrismo através da direção do CE e o trabalho internacionalista de suas seções.

Outro ponto destacado foi o debate sobre a caracterização do nacionalismo burguês, considerando suas particularidades nacionais. Bolívia, Argentina, Chile e Brasil são países semicoloniais e oprimidos pelo imperialismo, o que lhes confere traços gerais comuns. Contudo, existem diferenças entre eles quanto ao grau e ritmo de penetração imperialista e também quanto ao papel que ocupam na divisão social do trabalho e no mercado mundial. O nacionalismo se apoia sobre as bases econômicas nacionais e não tem a mesma forma em todos os países. A classe média é um ponto de apoio social essencial.

Mas é a posição da burguesia diante da defesa dos recursos e riquezas, de seu mercado, o que determina o caráter particular do nacionalismo burguês. A estruturação e o desenvolvimento da burguesia como classe nacional condicionam os traços e formas que adota o nacionalismo burguês em cada país. O Congresso caracterizou o nacionalismo como uma corrente política historicamente caduca. Mas isso não significa que esteja esgotada como recurso para desviar as massas de sua projeção revolucionária.

Recomendou-se também às seções brasileira, argentina e chilena avançar na caracterização das forças repressivas, principalmente o exército.

Especial atenção foi dedicada à necessidade de organizar a seção chilena. Deliberou-se que a seção regularize a publicação, distribui-

ção e elaboração coletiva do jornal partidário. Assinalou-se também a importância do autofinanciamento, fortalecendo assim o seu caráter de organizador coletivo para o próximo período, permitindo-lhe um trabalho de penetração entre os explorados. Outro aspecto das resoluções foi o de desenvolver e dar coesão aos pontos programáticos apresentados na forma de esboço de programa. Principalmente, dedicar atenção à aplicação do materialismo histórico ajustado à realidade concreta do país. Finalmente, deliberou-se que o CE deve acompanhar, apoiar e sustentar não apenas suas publicações mas também ajudar e dar continuidade ao trabalho de crítica programática contra o Partido Comunista Chileno (PCCCH). Esta corrente estalinista é o principal obstáculo para o desenvolvimento do POR no Chile e terá de ser derrotada com os esforços coletivos do CE.

O Congresso se concentrou na tarefa de realizar um salto qualitativo na organização e funcionamento do CE. Reconheceu que as debilidades das seções da Argentina e Brasil, que impuseram um funcionamento federativo, já não são obstáculo para constituir uma direção baseada no centralismo democrático, ainda que embrionariamente.

Segundo Congresso Internacional do Comitê de Enlace

Sobre a situação mundial

O Congresso avançou na discussão sobre a base de um documento sobre a situação mundial. O documento expõe as teses e tendências fundamentais que surgem do aprofundamento e extensão da crise capitalista mundial. Sustenta-se na interdependência existente entre a economia e a política mundiais. Isto é, nas condições econômicas objetivas sobre as quais se apoiam e das quais se nutrem as relações de força e políticas entre os Estados e as classes nesta nova fase da crise.

Afirma que a crise capitalista iniciada em 2008 não está superada. As forças produtivas altamente desenvolvidas estão encarceradas pelas relações de produção monopolistas e pelos estreitos marcos nacionais. As forças produtivas estão mutilando-se e apodrecendo na camisa de força da propriedade privada e das fronteiras nacionais. O caráter fundamental da nova fase da crise é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. As tendências bélicas são um de seus traços essenciais. E têm sua expressão no recrudescimento da guerra comercial e dos conflitos bélicos, que se internacionalizam pela intervenção imperialista. Estas contradições e tendências se potenciam com o esgotamento da divisão do mundo herdada da Segunda Guerra Mundial.

O imperialismo, porém, aprendeu com as lições passadas: as guerras abrem as comportas às revoluções proletárias. Por isso, o imperialismo procura retardar os choques bélicos mais amplos e limitá-los regionalmente. O que não detém as tendências bélicas mais profundas à generalização. Avançam e retrocedem, até parecer que desaparecerão, para surgir novamente com potência avassaladora despejando desse modo o grau e a violência das contradições criadas pela crise mundial.

O capitalismo em sua fase monopolista está maduro para a transição ao socialismo. No entanto, entre as condições já maduras para a revolução e a transição socialista se interpõe a crise de direção. As massas enfrentam condições excepcionais para retomar o caminho da revolução social, mas estão órfãs de sua direção revolucionária. Esta constitui a principal contradição histórica.

As diferenças baseadas na crítica fundamentam a elaboração coletiva

A estrutura e o conteúdo do documento foram aprovados em geral e por unanimidade. A seguir, iniciou-se o debate em particular.

O Congresso assumiu a continuidade dos trabalhos e das formulações elaboradas ainda quando sob a direção de Guillermo Lora. Reconheceu a importância da revista *Revolução Proletária* e do *Boletim Internacional*. Avaliou como positiva a escola de quadros internacional, que serviu para iniciar a retomada dos trabalhos do Comitê de Enlace. Discutiu o papel da elaboração coletiva do *Boletim Internacional* sobre os 40 anos do golpe pinochetista no Chile, que ajudou a unir a militância num trabalho comum de todas as seções. E, finalmente, fez o balanço crítico e autocrítico sobre a necessidade de avançar na centralização internacionalista. A eleição de uma direção internacional provisória é, por isso, a consequência da maturidade alcançada e do acerto de recuperar e aplicar, concretamente, as melhores tradições revolucionárias do bolchevismo.

O trabalho de consolidação inicial das seções, que se estendeu por toda uma etapa, conta agora com novas bases para fortalecê-las, potenciando-se na direção internacional eleita, que deverá prestar contas perante o próximo Congresso do Comitê de Enlace. Os quadros e militantes devem dedicar esforços internacionalistas.

Sintetizaremos o conteúdo das diferenças mais importantes.

Uma se deu com a afirmação *“Europa continua sendo o terreno por onde se desenvolverá a revolução mundial”*. Alguns camaradas assinalaram seu caráter especulativo e que não era possível determinar arbitrariamente o campo por onde se desenvolverá a revolução mundial, ou por onde será mais fácil às massas entroncarem-se com suas tradições e o programa revolucionários. No Oriente Médio ou na América Latina, a revolução mundial pode encontrar um terreno mais fértil para seu desenvolvimento, dependendo da construção dos partidos revolucionários. A discussão, não obstante, se deu sobre uma base comum. Não se trata – nem se tratava – de fixar lugar e data da revolução, e sim de dar uma resposta política às condições objetivas resultantes da crise do capitalismo. O essencial da formulação sobre a Europa reside em que põe em primeiro plano que as contradições objetivas do capitalismo são potenciadas sobre a base da mais alta integração econômica de seu mercado. Demonstra também a impossibilidade de unir as economias nacionais sob as relações sociais de produção capitalistas. E assinala assim a vigência da bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa, o que implica que as massas se projetem para a revolução proletária continental.

A Europa não é só o berço do capitalismo monopolista como é também o da revolução proletária. A Revolução Russa demonstrou que só a revolução proletária responde à guerra imperialista rompendo a cadeia capitalista mundial e começando a transição socialista. Demonstrou também que a centralização econômica da economia sob a forma de propriedade social e da união federativa dos Estados operários podem elevar e acelerar o desenvolvimento das forças produtivas internas, a um ritmo muito superior ao alcançado sob sua forma capitalista. Por isso, apesar de todas as derrotas e traições do estalinismo, esta experiência e estas lições não podem ser apagadas. A Europa continua a concentrar as contradições capitalistas e as mais elevadas tradições revolucionárias do proletariado mundial.

Resolve-se finalmente afirmar que: *“Europa, berço do pensamento marxista, foi a mais golpeada pela derrocada da União Soviética, no entanto, continua sendo o terreno por onde consolidará a revolução socialista mundial”*. Esta formulação foi aprovada por unanimidade.

Outra discussão se deu em torno da afirmação de que o choque prin-

cipal do período se estabelece entre a China e os EUA. E que na China as forças produtivas haviam se desenvolvido. Na realidade, o desenvolvimento das forças produtivas na China foi atingido com base na penetração imperialista e na destruição de forças produtivas nos países imperialistas que para ali transferiram seus capitais. Mas a intervenção monopolista encontrou um freio nas medidas da burocracia chinesa, que limitam a privatização de parte vital de sua economia. O problema reside em que os passos restauracionistas dados modificaram também as relações mundiais ao industrializar a China e impulsionar seu crescimento, empurrando-a agressivamente para o controle das fontes de matérias-primas e de mercados, o que se choca com os interesses das potências, particularmente dos Estados Unidos. Enquanto a China cresceu em sua participação mundial no mercado, os EUA retrocederam. Já não pode continuar retrocedendo, o que os obrigam a impulsionar seu belicismo e sua ofensiva comercial para recuperar terreno. É esta particular relação surgida da própria restauração capitalista e de suas consequências que levam o imperialismo a um choque com a China.

O ponto sobre a China se manteve como foi esboçado. As seções

deverão aprofundar este ponto e avançar nas formulações que respondam à restauração capitalista que segue seu curso.

A elaboração coletiva e internacionalista é uma conquista do marxismo

O método marxista de discussão e a elaboração coletiva, baseada na crítica e autocrítica, estabeleceu o marco comum para as diferenças que se manifestaram e ajudaram a precisar as formulações. O que reflete a maturidade alcançada por suas seções e a elevação política coletiva de sua militância. O documento se traduz por isso em uma conquista coletiva do Comitê de Enlace.

O documento demonstra que o partido mundial do proletariado só pode se reconstruir cimentado em sua ciência social (o marxismo) e em seu método (o materialismo histórico). Aspectos que se concretizam em sua constituição como partido-programa cujo fundamento organizativo é o centralismo democrático. Debatido, criticado e corrigido coletivamente, esse documento se transforma agora em um instrumento de ação e luta da militância.

Programa do POR brasileiro é discutido no Congresso do CERQUI

O Congresso do Cerqui discutiu a proposta de programa e de seus fundamentos a serem discutidos e votados no XII Congresso do POR brasileiro.

No informe, se destacaram os aspectos diferenciais desenvolvidos em relação ao Programa de 1993:

1) No internacionalismo, destacaram-se a formulação da crise de direção deflagrada pela restauração capitalista imposta nos estados operários pelo estalinismo contrarrevolucionário, a pulverização da IV Internacional e suas cisões, que representaram a incapacidade de se constituírem direções sobre a base do programa e ligação com as massas, e a delimitação com as demais correntes que se reivindicam do trotskismo.

2) Na formulação da época de decomposição do capitalismo, o imperialismo, se destacou o avanço da elaboração de seus aspectos políticos, principalmente quanto a ser a fase de transição ao socialismo. Retomou-se a análise da restauração capitalista no leste europeu, China e Cuba. Ressaltou-se a tese essencial de defesa dos Estados Unidos Socialistas da Europa como resposta à desintegração da pseudo unidade capitalista que se pretendeu impor.

3) Na América Latina, destacou-se a necessidade de defesa das conquistas da revolução cubana, que abriu uma fissura na ordem capitalista semicolonial e no domínio dos Estados Unidos sobre o Continente. Destaca-se a avaliação da retomada do nacionalismo extremamente decomposto no continente, sobre a base do aumento do comércio mundial de matérias-primas. E do seu irrefutável fracasso com o desenvolvimento da crise mundial. Retomou-se a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. E a tática da Frente Única Antiimperialista.

4) No ponto da caracterização do Brasil como país semicolonial é que se deram os maiores avanços de elaboração. Retomaram-se conceitos como o de que o país semicolonial é importador de capital e exportador de matérias-primas, não tem soberania sobre sua economia e não realizou as transformações agrárias. Aplicando o materialismo histórico à realidade nacional, desenvolveu-se a análise da colônia inserida no mercado mundial como produtora de matéria-prima a partir de um modo de produção pré-capitalista (escravismo). O que condicionou a formação de sua burguesia atrelada aos interesses das

potências. Apontou-se que se estabeleceu uma transição do pré-capitalismo ao capitalismo, do trabalho escravo ao trabalho assalariado, sob a pressão da Inglaterra, e que só ocorreu no início da etapa imperialista do capitalismo, condicionando o país a ocupar o papel de semicolonial. A industrialização é tardia, ocorre embrionariamente até o início do século XX. A quebra do principal setor exportador, o cafeeiro, ao lado das pressões externas por aplicação de uma enorme massa de capital financeiro, condicionarão a implantação da indústria de base. O então governo de Vargas, nacionalista, mostrou a impotência da burguesia brasileira, que jamais expressou um antiimperialismo. A seguir, virão as multinacionais, que dependiam desse passo anterior, e vão estabelecer os principais ramos da economia industrial atrelados ao capital estrangeiro. A classe operária se multiplicará e haverá a concentração nas cidades. A luta de classes no campo avançará. O golpe militar virá para disciplinar os conflitos sociais. Estabelecerá um nacionalismo limitado e novamente atrelado ao financiamento externo. Mas que implantará um forte estatismo. A crise do regime militar dará lugar a governos de entrega nacional, desnacionalização e maior dependência externa. O reformismo do PT, alçado ao governo em aliança e dependência das oligarquias regionais, preservará essa linha e se mostrará pró-imperialista.

5) A classe operária, que nasce já realizando rebeliões e greve geral, se liga logo ao estalinismo do partido comunista. Este será uma trava ao desenvolvimento da independência de classe. O estalinismo levou a classe operária a apoiar a fração burguesa considerada progressista. O golpe militar desintegrou o estalinismo em várias partes. Algumas seguiram o caminho do foquismo. Outras, após a ditadura, seguiram o caminho do eleitoralismo. Oriundos do estalinismo tiveram papel importante na formação e desenvolvimento do PT reformista, que formulou a mesma estratégia do governo democrático e popular e confluíram para a linha pró-imperialista do governo petista. A oposição de esquerda trotskista e a IV Internacional, que chegaram a dar passos na construção do programa, se mostraram incapazes de se ligar às massas e avançar nesse sentido. O proletariado brasileiro carece de tradição de ideias revolucionária.

6) Destacou-se a elaboração e luta política ao redor da organização sindical e aplicação da tática da frente única. A CUT, construída a

partir da crise da organização sindical pelega estatizada pela ditadura militar, se ligou ao PT e acompanhou sua trajetória de integração ao Estado burguês. Diante da ascensão do governo Lula, a estatização chegou ao seu nível mais alto. A burocracia sindical, a partir das multinacionais, consolidou a política de conciliação de classes e se ligou aos interesses do capital estrangeiro. A extrema burocratização e a nova legislação sindical criaram terreno fértil ao divisionismo. Os morenistas do PSTU romperam a CUT e formaram sua central. Os reformistas do PSol seguiram o mesmo caminho. Mesmo o estalinismo rachou e montou seu aparato próprio. Mais de uma dezena de centrais se formaram. O POR combateu pela unidade sindical, contra a divisão, e em defesa da necessidade de destruir a burocracia estatizada e corrupta e recuperar as organizações das massas para a luta de classes.

7) A situação comprova a crise de direção e a necessidade de organização do partido revolucionário. Essa é a tarefa da vanguarda que se coloca como seção do Cerqui no Brasil.

A seguir, se apresentou a síntese programática, que parte da estratégia da ditadura do proletariado, se concretiza no método da luta de clas-

ses e na tática correspondente, que se concretiza em constituir a aliança operário e camponesa, expressão da maioria nacional oprimida, a fim de destruir o poder político e econômico da burguesia, sua ditadura de classe, e estabelecer o poder dos explorados na democracia operária. Aplicar o método do programa de transição de partir das necessidades imediatas e mais sentidas pelas massas, impulsionando a luta por elas e ligando-as à estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Na discussão, levantaram-se os seguintes pontos:

1) A importância de ter avançado e de continuar a desenvolver a análise histórica de formação do país e de suas classes sociais. Foram dados passos importantes, mas verifica-se que ainda há lugares a preencher. A aplicação do materialismo à história do país é essencial na construção do programa, e ajuda a desenvolvê-lo nas demais seções.

2) A ausência de uma análise do desenvolvimento da classe média no Brasil. Trata-se de uma lacuna a ser preenchida, dada a necessidade de constituir a unidade da maioria nacional oprimida. O papel das várias camadas da classe média é decisivo na luta de classes. Deve-se também demonstrar o caráter e o lugar das forças armadas no desenvolvimento histórico do capitalismo e da burguesia brasileira.

Venezuela

Desabastecimento e crise política na Venezuela

Temos acompanhado pela imprensa brasileira que a Venezuela passa por uma crise de abastecimento, com destaque aos produtos básicos de alimentação e eletrodomésticos. A oposição burguesa ao chavismo responsabiliza as desastrosas medidas econômicas “socialistas”, aliadas à inflação estimada em 54% pela desorganização e promoção do caos no país. O governo, por outro lado, acusa os gananciosos burgueses de sabotagem, em conluio com o imperialismo. Nessa discussão, há quem diga, inclusive, que não há desabastecimento na Venezuela, de maneira que toda discussão não passa de falsidades anti-chavistas difundidas internacionalmente. A ausência do Partido Revolucionário na Venezuela - seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - nos impossibilita informações mais precisas. Mesmo assim é possível se chegar a uma compreensão e formular uma posição marxista. O fundamento dos conflitos está no fracasso da tese do governo nacionalista em harmonizar as contradições de classes, respeitando a propriedade privada burguesa e suas instituições.

Em 19 de novembro, a Assembleia Nacional aprovou a Lei Habilitante, que permite a Maduro emitir decretos com força de lei durante 12 meses, como já havia feito a Hugo Chávez. A justificativa do governo é de que tal medida será necessária para melhor defender os interesses populares e patrióticos, combatendo a corrupção e desenvolvendo ações para estabilizar a economia, através do controle estatal dos preços e punições aos especuladores. Na lógica do governo, existem dois tipos de capitalistas: os gananciosos “parasitas burgueses” e os empresários patriotas. Os primeiros devem ser disciplinados. Os segundos, contar com o apoio do governo. Há quem diga e defenda que essa lógica pequeno-burguesa do chavismo deve ser chamada de socialista.

A crise de abastecimento na Venezuela não é nova, já se arrasta por décadas, mas se acentuou no último trimestre. Isso se deu, fundamentalmente, a dois motivos. Primeiro, devido ao aumento da disparidade entre importação e exportação ocorrida a partir da crise econômica mundial de finais de 2008. E, consequentemente, devido à desvalorização do Bolívar feita no início deste ano, que teve como

consequência a diminuição do poder aquisitivo dos assalariados e o empobrecimento geral das massas. Para agravar a situação, os empresários estão retendo os produtos em seus armazéns. Essas ações promovidas pela burguesia têm como objetivo desestabilizar o governo. O plano da oposição burguesa é desmoralizar o governo chavista diante das massas e ganhar as eleições estaduais e municipais, previstas para 08 de dezembro.

Em meio às disputas entre chavistas e opositores, as massas sofrem as consequências da crise do regime bonapartista. Mais de 20% dos produtos estão ausentes das prateleiras dos supermercados, a escassez atinge em especial os produtos básicos, como papel higiênico, leite e frango. As filas são intermináveis. Essa crise que enfrenta o governo chavista está circunscrita aos impasses do nacionalismo burguês. Expressa a impossibilidade de reformar o capitalismo e manter o capital sob controle. As importações, de 47,5 bilhões em 2008, passaram para 61,8 bilhões. Já as exportações tiveram uma queda de 900 milhões no mesmo período. Esse déficit significa diminuição das reservas nacionais. Por isso, a medida governamental de desvalorização da moeda e incentivo à poupança, para o aumento de liquidez. A maior parte das mercadorias importadas pela Venezuela em 2012 foi de máquinas (mecânicas e elétricas), compreendendo 25,9% das importações. Em segundo lugar, compreendendo 5,4 bilhões, temos as mercadorias exclusivamente de interesse burguês, como pérolas, ouro, pedras.

A partir dos anos 1960, com o desenvolvimento da indústria petroleira, as terras deixaram de servir à agricultura. A produção de petróleo concentra toda a economia. A agricultura, por sua vez, é responsável por apenas 4% do comércio venezuelano. O governo de Hugo Chávez e seus discípulos não puderam romper com a camisa de força da renda petroleira, de modo que sua economia permanece altamente dependente das exportações, como principal fonte de renda, e das importações para suprimir a parca indústria e o consumo interno. Dessa forma, a economia e o governo venezuelanos estão obrigados a seguir os ditames do capitalismo mundial. Está aí por que o ataque do chavismo ao imperialismo, principalmente ao estadunidense, é

inconsequente.

No ano passado, os cereais foram o produto menos importado, apenas 1,5 bilhão, correspondendo a apenas 2,5% do conjunto das importações. Outros produtos alimentícios, como por exemplo, a carne, se encontra na mesma condição. Fica claro que enquanto o capital nas suas variadas formas – industrial, comercial, financeiro, etc. – estiver sob o controle geral da burguesia não há como o governo planejar a economia de forma a suprir as necessidades das massas.

Maduro e a cúpula militar que governa a Venezuela se baseiam na premissa de que o Estado, com apoio popular, é o instrumento pelo qual o país conseguirá harmonizar o capital privado e estatal, garantindo a distribuição de renda, ampliação da democracia e participação popular e controle de maior número de instituições governamentais, sindicatos e organizações populares por parte da burocracia bolivariana. Tudo isso sem expropriar a burguesia. Seus ideólogos chamam de revolucionário um governo que dissemina a falsidade de que é possível a revolução socialista sem destruir o braço armado do Estado burguês. Inclusive contrapondo-se a consigna revolucionária de aliança operário-camponesa – para os países semicoloniais, como é o caso da Venezuela – pela defesa nacionalista de “aliança cívico-militar”. Essa aliança se materializa através da organização dos movimentos sociais incentivados a partir do Estado, financiando-os e mantendo estrito controle sobre eles. Prevalece a orientação militarista, ou seja, antedemocrática, no interior dos movimentos e organizações bolivarianas. Assim, o chavismo se opõe ao armamento geral das massas, única via

Chile:

Esmagadora abstenção no primeiro turno das eleições presidenciais

Mais de 50% do colégio eleitoral não compareceu às urnas. Trata-se, sem dúvida, de uma expressão do profundo rechaço dos oprimidos e explorados chilenos a todas as expressões políticas da burguesia, incluindo a “Nova Maioria”, que aglutina a “esquerda” chilena frente-populista, reformista, pró-burguesa encabeçada pelo Partido Comunista Chileno, cuja poderosa influência no movimento operário tem sido historicamente o maior obstáculo para o desenvolvimento da independência de classe do proletariado.

Allende, a Unidade Popular (UP) e principalmente o estalinismo desenvolveram a teoria da “via chilena ao socialismo”, que em sua essência significava crer que é possível transformar a sociedade capitalista em socialista com a ajuda das leis burguesas e por meios democráticos e pacíficos. Este posicionamento levou os estalinistas e os socialistas a frear, desarmar e desmobilizar o movimento operário e popular.

A tragédia chilena é a prova de que esse caminho conduz à derrota e prepara o terreno para a vitória do fascismo. Essa é a lição mais importante da derrota do proletariado chileno, apontado pelo POR em seu devido momento e mantém até hoje sua vigência na polêmica mundial.

O golpe de Pinochet foi uma ação preventiva da burguesia chilena e do imperialismo norte-americano diante do avanço da afirmação da independência de classe do proletariado chileno, que se lançou a tomar as fábricas e minas, constituiu os cordões industriais que apareceram como órgãos do poder operário, organizados para derrotar o boicote e a resistência burguesa, assegurar às massas o direito de decidir e o abastecimento. Tratava-se, sem dúvida, de formas embrionárias de um novo Estado: a ditadura do proletariado, que desde

se sufocar a reação em curso e a intervenção imperialista.

Nicolás Maduro ameaçou que iria estatizar as empresas que estivessem conspirando e promovendo o desabastecimento. Porém, sua medida concreta foi o anúncio da proteção a setores da burguesia, com acesso facilitado ao dólar. Respondendo à demanda burguesa, Maduro publicou o decreto que isenta os empresários de pagar o IVA (Imposto Sobre o Valor Agregado). Ao lado das ameaças, Maduro saiu em socorro de setores capitalistas, com subsídios e isenções, a exemplo dos empresários ligados à burguesia comercial importadora. As estatizações promovidas por Chávez acabaram por afetar o Tesouro Nacional, uma vez que foram feitos pagamentos de milionárias indenizações. Maduro ameaçou estatizar as empresas que retivessem os produtos escassos em seus estoques ou que elevassem os preços de forma “injusta”. Porém, não passou de ameaças.

A incapacidade do governo Maduro de disciplinar os capitalistas opositores ao regime é visível. Não é possível por meio de medidas legislativas controlar a especulação, tabelar os altos lucros e combater o desabastecimento intencional do capital comercial. A Lei Habilitante, sem dúvida, irá fracassar. Ou se expropria o grande capital, ou a burguesia, incentivada pelo imperialismo, continuará sua ação para derrocar o regime chavista. Não há outro caminho senão impor o controle operário da produção, organizar a agricultura sobre a base dos comitês agrários e armar as massas. O governo nacionalista não poderá cumprir essa tarefa. Ao contrário, a ela se opõe defendendo a propriedade privada dos meios de produção.

o início mostrava sua fisionomia como ditadura para a minoria burguesa e ampla democracia para os explorados. Por esse caminho, o proletariado chileno avançava e ultrapassava os estreitos limites da política reformista, conciliadora e colaboracionista da Unidade Popular, sustentada principalmente pelo PCCH (estalinismo).

O retorno concertado à democracia significou nada menos do que a submissão desta “esquerda” reformista às condições impostas pela ditadura.

A democracia formal burguesa é incapaz de punir os fascistas assassinos, sepultar a herança da ditadura. Os mesmos expoentes da classe dominante chilena, os mesmos donos do país e seus políticos servis, aqueles que ontem adularam, apoiaram, cobiçaram e trabalharam com o gorila Pinochet, para acabar com a ameaça do avanço da Revolução chilena de expropriação da burguesia e do imperialismo, são os que hoje se intitulam devotos democratas e são os mesmos reformistas, adoradores da ordem burguesa democrática, inimigos da luta revolucionária para destruir a grande propriedade privada sobre a qual se assenta a opressão burguesa, os concertadores com a ditadura, os que pretendem continuar submetendo os oprimidos e explorados chilenos ao reformismo.

A abstenção massiva é expressão, ainda que passiva, de que o povo explorado e oprimido se desprende politicamente do reformismo e mais ainda das expressões da cavernosa direita chilena.

Amadurecem as condições para o fortalecimento do Partido Operário Revolucionário do Chile, superando, a partir da experiência das massas, o reformismo frente-populista do estalinismo.

(Extraído do Jornal Massas 2335, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile: o significado da abstenção eleitoral

Michelle Bachelet (Nova Maioria) obteve 46,7% dos votos. Superou por mais de 15 pontos a representante da direita, Evelyn Matthei (UDI), que obteve 25,4%. As eleições se definirão em 15 de dezembro, no segundo turno. O bloqueio constitucional, que obriga a superar a metade mais um do quórum eleitoral para ganhar no primeiro turno, impede Bachelet de assumir imediatamente. No entanto, no segundo turno já não se exige essa porcentagem. Tudo indica que finalmente será proclamada presidente.

Foi uma das eleições que mais se apresentaram partidos em disputa da toda a história do Chile - nove partidos. Por fora das grandes alianças eleitorais, somente o candidato Marcos Enríquez-Ominami, da ala reformista radical, e Parisi, representante da direita liberal, conseguiram arrastar uma significativa massa de votantes (720 mil e 665 mil votos, respectivamente). O restante não superou os 4%.

Cabe assinalar que estas eleições indicam uma mudança da situação política. Sua tendência fundamental está determinada pelo desgaste das massas com a democracia burguesa mutilada.

Mais de três décadas de regime eleitoral não serviram para reformar as instituições burguesas herdadas da ditadura. Nenhum dos governos eleitos pelo voto popular se atreveu a modificar seu caráter repressivo e censitário. Pelo contrário, o consolidaram. Os partidos burgueses não tiveram a intenção de modificar as bases econômicas e políticas que sustentam o regime autoritário e repressivo do grande capital contra as massas. Para uma grande parcela dos explorados, a democracia chilena serviu tão somente para dar um verniz institucional e jurídico às medidas antioperárias e de destruição de suas conquistas sociais, econômicas e democráticas. Isto explica, em parte, o altíssimo abstencionismo. Dos 13 milhões aptos a votar, apenas 50% compareceram. Mais de 6 milhões de pessoas deram as costas às eleições. Esse rechaço refletiu a revogação da lei do voto obrigatório e instauração do voto voluntário. O abstencionismo espelha deste modo o ânimo de um grande setor das massas diante da politicagem burguesa. Liberadas das imposições, não se importaram com as eleições. O que não significa que se trate de um rechaço consciente. É um protesto passivo diante de partidos antioperários e antipopulares e diante da democracia burguesa mutilada e fraudulenta, que expressa tão somente os interesses da classe capitalista.

Nova Maioria e União Democrática são os polos em que se dividem a politicagem burguesa chilena. Sua diferença atual reside em como responder ao descrédito das massas diante do regime censitário e da democracia mutilada. Disso decorre que ambas alianças espelham em maior ou menor medida as limitadas reformas que as frações burguesas prometem realizar. A necessidade de enganar as massas com falsas promessas se dá na situação de crescente descontentamento dos explorados, que vem se acumulando nos últimos anos, o que tem potenciado a luta de classes. As promessas sobre a reforma constitucional, tributária e educacional, de mudanças nos regimes eleitorais ou de democratizar as instituições, entre outras, constituíram o campo de manobra da disputa eleitoral.

A entrada do Partido Comunista do Chile (PCCH) na Nova Maioria corresponde ao processo de adaptação do estalinismo ao regime burguês. A suposta independência dos estalinistas diante dos governos da Concertação deu lugar, agora, a sua integração oportunista na aliança que se denominou Nova Maioria. Durante anos, o controle férreo do PCCH sobre a CUT e os sindicatos lhe serviu para se colocar como oposição de esquerda democrática. Posição que o fortalecia para pres-

sionar os governos, negociar suas vantagens políticas e garantir ínfimas migalhas para os sindicatos que dirige. Nessas eleições, os estalinistas fizeram uma virada, integrando à Nova Maioria com o objetivo de desenvolver a política de conciliação de classes. Seu controle centralista burocrático demonstrou sua eficácia para isolar as lutas e frear a radicalização operária e popular do último período. Este é o serviço que agora prestarão ao governo. Seu colaboracionismo terá fôlego curto. E exporá rapidamente seu caráter reacionário. As bases sindicais acelerarão sua experiência com o estalinismo e se chocarão com o PCCH.

A eleição de ex-dirigentes do movimento estudantil servirá à política de colaboração de classes e de sustentação do governo de Bachelet. Entre estas “novas” figuras que chegam ao parlamento se destacam Camila Vallejo e Karol Cariola (PCCH), Gabriel Boric e Giorgio Jackson. Os reformistas fatalmente concluem de joelhos diante da política burguesa, sob o pretexto de reformar o capitalismo. Agora se envolverão na politicagem parlamentar e se mostrarão impotentes diante da direita que bloqueará qualquer medida legislativa que impulsione reformas democráticas no sistema educacional, pelas quais os estudantes lutam nas ruas há anos. As reformas prometidas pela Nova Maioria terão de se submeter à estrutura oligarquizada do parlamento. A reforma da Constituição terá de contar com apoio de 75% dos senadores, sendo que a maioria é oposicionista. A Nova Maioria terá de negociar as leis mais importantes de seu governo letra a letra.

As eleições expuseram o verdadeiro caráter e conteúdo de classe da democracia burguesa chilena. Uma minoria ultrarreacionária mantém o controle da aprovação das leis. Lembremos que o governo da Unidade Popular de Allende teve de se submeter a essa estrutura de funcionamento do Estado.

A tarefa que se coloca para o proletariado chileno e demais explorados é a de conquistar a independência política e organizativa diante dos partidos da burguesia e do Estado. O que se traduz na tarefa de constituir o partido marxista-leninista-trotskista.

A gigantesca abstenção por si só não indica independência política. Indica tão somente o descontentamento e a desconfiança. Sem dúvida, esse sentimento e atitude dos explorados são progressivos. Mostram que procuram uma via que não seja a dos partidos burgueses.

O fato do Comitê Construtor do POR do Chile não ter ainda alcançado um desenvolvimento que lhe permita traduzir o programa por meio da agitação e propaganda no seio dos explorados impossibilitou uma reconhecida intervenção na disputa eleitoral. Há pela frente um trabalho de formação do programa e de construção de quadros bolcheviques capazes de defender a estratégia da revolução proletária, combater sistematicamente o estalinismo e a socialdemocracia, que tanta desgraça trouxeram para a maioria dos chilenos.

Observa-se que, nas eleições, as minúsculas correntes de esquerda se mostraram impotentes e dissolvidas. Isso porque não se colocaram à altura do combate ao PCCH e ao PS.

A classe operária chilena tem tradição de luta. A burguesia teve de enfrentá-la a ferro e fogo. Mas politicamente sempre esteve canalizada pelo estalinismo e pela socialdemocracia pequeno burguesa. É o que explica a sua derrota em 1973 sob o governo da Unidade Popular e o que explica agora a necessidade do Partido Comunista participar da Nova Maioria, sem que tivesse de enfrentar um partido revolucionário que organizasse a trincheira da independência de classe.

Cabe ao Comitê Construtor do POR chileno lançar seu balanço sobre as eleições e utilizá-lo como instrumento para organizar seus quadros.